

- Vidal, Nuno, "Política, sectores sociais e sociedade civil em Angola" in Nuno Vidal & Justino Pinto de Andrade (eds, orgs & co-auts), Sociedade Civil e Política em Angola: enquadramento regional e internacional (Luanda & Lisbon: Angolan Catholic University & University of Coimbra, 1st edition August 2008, 2nd edition January 2009), pp. 11-40.

Sectores Sociais, Sociedade Civil, Política e Direitos Humanos em Angola

Nuno Vidal¹

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Introdução

Aquando da independência, um processo lento mas progressivo e contínuo instala-se em Angola levando à degradação da consciência pública e da solidariedade social, assim como à decadência dos sectores sociais que delas dependem fortemente – educação, saúde, habitação, assistência social, serviços comunitários. Uma lógica patrimonial distributiva vai-se disseminando a coberto de um formato dito Socialista, dominando e pervertendo quaisquer princípios de colectivismo e de consciência pública, tirando vantagem do monopartidarismo e do autoritarismo para se impor de forma mais eficaz, afectando essencialmente as camadas mais desfavorecidas. A maioria da população foi gradualmente excluída dos benefícios derivados dos recursos públicos à medida que perdia importância política e económica no seio do sistema. Politicamente não tinha mecanismos para expressar o seu descontentamento (votos ou liberdade de expressão e manifestação), economicamente o seu esforço produtivo era irrelevante para o rendimento do Estado e para o sustento das elites governantes.

Independentemente da ideologia oficialmente professada e contrariamente ao que por vezes se defende, esta dinâmica tem lugar ao longo das duas administrações ditas Socialistas (1975-1979 e 1979-1987) e vai continuar a desenvolver-se inabalável durante o processo de transição para o multipartidarismo.

No final dos anos oitenta e início dos anos noventa, a transição para o multipartidarismo e a economia de mercado trouxe ao país um largo número de organizações internacionais, desde Organizações Internacionais Governamentais, a ONGs, organizações de Igrejas, de assistência e solidariedade, etc. Redes transnacionais juntaram activistas expatriados, comunidades locais e uma elite intelectual angolana marginalizada, incluindo quadros médios e superiores. Unindo esforços, começaram a trabalhar com as populações mais carenciadas de apoio social e acabaram a assumir um crescente número de responsabilidades do Estado nos sectores sociais, na área da saúde, educação, saneamento básico, habitação, apoio a deslocados internos de guerra e desenvolvimento rural. Esta dinâmica foi reforçada pela nova "liberdade" civil e política trazida pelo novo quadro legal, propulsionando as Organizações da Sociedade Civil angolana, capazes de atravessar os anos noventa com uma postura política crítica e desenvolvendo um trabalho meritório naquelas áreas, apesar de todos os constrangimentos que tiveram de enfrentar.

¹ Trabalho de investigação realizado com o apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Ministério da Ciência e Ensino Superior.

Pelo seu lado, o governo pôde relaxar nos seus já de si reduzidos esforços para com aqueles sectores e populações mais afectadas, embora não deixando de se empenhar no controlo político do espaço da sociedade civil.

Vários escândalos financeiros no final dos anos noventa e o fim da guerra civil em 2002 alteraram o contexto no qual as OSC operavam. À medida que a ajuda humanitária internacional diminuía progressivamente, aumentava a pressão sobre o governo para investir nos sectores sociais e para assumir uma postura mais transparente na gestão das contas públicas, especialmente os rendimentos provenientes do petróleo. Contudo, o novo contexto nacional político-militar (fim da guerra com um vencedor claro) e um novo contexto energético internacional e regional (aumento sustentado da procura e dos preços do crude nos mercados internacionais), permitiram ao governo resistir a tal pressão sem alterar substancialmente a sua atitude. Pelo contrário, o principal impacto tem-se feito sentir ao nível dos crescentes constrangimentos internos ao funcionamento das OSC nacionais e internacionais que não optem por um qualquer nível de cooperação com as estruturas governamentais e não refreiem o seu criticismo. Uma nova tendência emerge no seio das OSC ditas independentes (principalmente as ONGs), pressionando-as para uma postura que se tem vindo a designar como de “*constructive engagement*” e união, mas que as mais críticas caracterizam como de colaboracionismo, homogeneização apolítica, subordinação e cooptação induzida. Enquanto isto, a situação das populações mais carenciadas não conhece melhorias substanciais e o país continua a ocupar lugares pouco dignos no índice de desenvolvimento humano e várias limitações quanto ao exercício efectivo e pleno dos Direitos Humanos, seja os considerados de primeira geração (civis e políticos), de segunda (económicos, sociais e culturais) ou de terceira (de transparência e boa-governança enquanto facilitadores do desenvolvimento e erradicação da pobreza).

Este texto discute as razões na base da degradação dos sectores sociais em Angola, o impacto que a este nível teve o processo de transição para o multipartidarismo, as redes transnacionais de OSC e todos os constrangimentos políticos à actuação da sociedade civil e à efectivação do exercício pleno dos Direitos Humanos. Apresenta uma estrutura em cinco partes, com um primeiro capítulo dedicado à análise do percurso histórico mediante o qual os sectores sociais entraram num processo de degradação e negligência, ainda durante o período dito Socialista; um segundo que analisa a evolução daqueles sectores ao longo da transição para o multipartidarismo e o impacto que sobre eles tiveram as OSC e a prática governamental; um terceiro que apresenta e debate duas perspectivas contrárias no que respeita às novas propostas de relacionamento estratégico com as estruturas governamentais; um quarto que analisa a situação de Angola no que concerne ao exercício e defesa dos Direitos Humanos de primeira, segunda e terceira geração; um quinto e último que discute a relação entre política e sociedade civil no contexto do sistema político efectivamente existente.

1 – Os Sectores Sociais durante as Administrações Socialistas

1.1 – A primeira administração Socialista

Nos primeiros anos após a independência, no auge do fervor ideológico-revolucionário, existiu algum empenho na implementação de políticas e programas de desenvolvimento dos sectores de

acção social (tal como eram designadas as áreas da educação, saúde, habitação, assistência social, serviços comunitários, etc.). Este empenho ganhou um impulso acrescido com a chegada progressiva de centenas de cooperantes cubanos formados nestas áreas (especialmente saúde e educação), dando um contributo precioso em termos de capacidade de gestão e organização². Contudo, depois de uma fase inicial em que de facto o governo mostrou alguma preocupação com estes sectores, promovendo programas e despendendo verbas significativas nestas áreas, no fim da presidência de Agostinho Neto já eram notórios vários sinais de contracção de despesas, conduzindo ao estrangulamento de muitos daqueles projectos na generalidade dos sectores, iniciando um percurso de degradação e negligência que se acentuará na administração subsequente.

Educação

A educação foi uma das prioridades do novo governo e nos primeiros anos de independência foram implementadas com sucesso várias medidas de desenvolvimento do sector. Houve um ingresso massivo de crianças nas primeiras quatro classes³ e foram feitos grandes esforços no domínio da educação de adultos, especialmente no que respeita aos veteranos das FAPLA, operários e camponeses, tendo sido alfabetizados cerca de 330 000 pessoas entre 1976 e 1979⁴. Cerca de 759.000 alunos, de um total estimado de 1.690.000 de adultos analfabetos, foram inscritos em 37.000 turmas de alfabetização⁵. Foi implantado um sistema de educação integral técnico-profissional a par do sistema de ensino superior⁶.

Contudo, entre 1979 e 1981, o número de crianças a estudar no ensino primário manteve-se o mesmo⁷, o número de alfabetizados apenas aumentou em 9000 pessoas⁸ – um número insignificante quando comparado com os anteriormente referidos 330.000 e com a taxa de analfabetismo de 80% por altura da independência⁹. Dos 2.000 alunos universitários inscritos em 1980 somente 180 finalizaram os seus cursos e o número de inscritos nas aulas de alfabetização caiu dos anteriores 759.000 para 100 000¹⁰. Estes dados constituíam sinais claros de que o sector da educação começava a regredir, numa tendência que se acentuará nos cinco anos

² Em 1977 estes cubanos eram contabilizados em cerca de 5000; in *Le Monde* (9 Novembro, 1977); também em *Africa Contemporary Record - ACR*, 10 (1979), p.B510.

³ Em 1979 o nº de alunos era de 2 400 000 de crianças, quatro vezes superior ao que existia em 1973; in *Relatório do Comité Central ao Iº Congresso Extraordinário do Partido, realizado em Luanda de 17 a 23 de Dezembro de 1980* (Luanda: Secretariado do Comité Central, 1980), p.80.

⁴ In *Relatório do Comité Central ao Iº Congresso Extraordinário ... op. cit.*, p.80.

⁵ Formaram-se 70,000 professores de alfabetização e constituíram-se 615 brigadas de alfabetização, compostas por 4,950 jovens voluntários; in *ACR*, 14 (1983), p.B590.

⁶ Foi inaugurada a Faculdade de Ciências Jurídicas e Administrativas e o Instituto Superior de Ciências da Educação. Em 1980, estudavam no ensino universitário cerca de 2000 alunos; in *Relatório do Comité Central ao Iº Congresso Extraordinário...op. cit.*, pp.80–81.

⁷ In (1981) *ACR*, vol.13, p.B651.

⁸ In (1982) *ACR*, vol.14, p.B590.

⁹ Ver Somerville, Keith, *Angola: Politics, Economics and Society*, (London: Frances Pinter, 1986), p.91; também Bhagavan, M R, *Angola's political economy 1975–85* (Motala: Swedish International Development Authority, 1986), p.9.

¹⁰ *Relatório do Comité Central ao IIº Congresso do Partido, realizado em Luanda de 2 a 10 de Dezembro de 1985* (Luanda: Edição do Secretariado do Comité Central, 1985), pp.120–122.

seguintes, tal como virá mais tarde a admitir o relatório do CC ao II Congresso, em Dezembro de 1985¹¹.

Saúde

Ao nível do sector da saúde, contando com a colaboração dos médicos estrangeiros (essencialmente cubanos, cujo número aumentou em 16,5% entre 1977 e 1980)¹², o governo colocou a funcionar sob sua tutela 1260 unidades de saúde, das quais se destacavam o Centro Hospitalar de Luanda¹³. Várias campanhas de vacinação gratuita de crianças eram lançadas todos os anos¹⁴. Começou-se a desenvolver a assistência extra-hospitalar, criando-se alguns centros e postos de saúde, especialmente no campo e áreas suburbanas e implementou-se um projecto de formação de quadros paramédicos (enfermeiros, parteiras e outros técnicos).¹⁵

Contudo, a exemplo do que aconteceu com a educação, a contracção de recursos financeiros e materiais, a par das dificuldades de transporte para as províncias e da falta de coordenação entre sectores de importação e distribuição de medicamentos¹⁶, ditaram a rápida regressão dos breves sucessos alcançados no sector durante os três primeiros anos de independência¹⁷.

Habitação

A habitação tornou-se num dos mais sérios problemas sociais do novo Estado. Depois da independência, as casas e apartamentos deixados vagos pelos portugueses que debandaram para Portugal foram em parte confiscados para alojar a nova classe dirigente e, em parte, ocupados pela generalidade da população que vivia nessas cidades em áreas degradadas ou menos nobres (com clara prioridade para a classe média urbana). Apesar desse movimento de ocupação, a procura por habitação foi aumentando devido a diversos factores, nomeadamente o fluxo migratório de populações rurais rumo às cidades (em consequência da guerra que afectou de sobremaneira o meio rural), a chegada de um crescente número de assessores e quadros militares estrangeiros (a maioria dos quais cubanos¹⁸) e o treino de novos quadros do Estado que exigiam ser condignamente alojados¹⁹.

¹¹ *Relatório do Comité Central ao IIº Congresso ...op. cit.*, pp.120–122.

¹² In *Relatório do Comité Central ao Iº Congresso Extraordinário...op. cit.*, p.81; ver também (1981) ACR vol.13, p.B651.

¹³ O Centro Hospitalar de Luanda era constituído por 8 hospitais, 16 centros provinciais, 32 hospitais municipais, 16 centros materno-infantis, 16 leprosas e 6 sanatórios anti-tuberculose; in *Relatório do Comité Central ao Iº Congresso Extraordinário... op. cit.*...1980, p.81; ver também ACR, 13 (1982), p.B651.

¹⁴ A título de exemplo, para assinalar o Dia Mundial da Saúde (7 de Abril de 1977), 1,5 milhões de crianças foram vacinadas contra a poliomielite; ver ACR, 10 (1979), p.508.

¹⁵ In *Relatório do Comité Central ao Iº Congresso Extraordinário... op. cit.*...1980, p.81.

¹⁶ Graves falhas na distribuição de medicamentos emergiram um pouco por todos o país, tal como relatado em 'Principais resultados do desenvolvimento económico-social da RPA no triénio 1978-1980' in *Orientações Fundamentais para o Desenvolvimento Económico e Social para o período 1981-1985* (Luanda: Secretariado do Comité Central, 1980), p.25.

¹⁷ Ver *Relatório do Comité Central ao IIº Congresso ...op. cit.*...1985, pp.123–125; também relatando problemas no sector da saúde está o artigo de David Lamb no *Los Angeles Times* (3 de Dezembro, 1978); ver no mesmo sentido *Herald Tribune* (6 de Dezembro, 1978).

¹⁸ O número oficial de militares cubanos não foi tornado público, mas estimava-se que em 1978 fosse de 19.000; in ACR, vol.11 (1980), p.B493. Tal como referido, logo em ~~1977~~ 1977, o número de cubanos civis em Angola ao abrigo

Para os estratos sociais mais baixos e que chegavam em número crescente à capital, vindos das áreas rurais, a solução estava naturalmente na ampliação e construção de novos muceques, que alastraram vertiginosamente em redor das cidades, especialmente em Luanda, num processo que se iniciou em 1976/77²⁰ e se acentua até hoje. Entre os primeiros grupos a chegar em números significativos à capital encontravam-se os Bakongo retornados do Zaire – contabilizados em cerca de 200.000 logo em 1977.²¹

Para alojar quadros médios e superiores do partido e do Estado, que pressionavam por habitações, ainda se construíram algumas dezenas de blocos de apartamentos em Luanda no final dos anos setenta e início dos anos oitenta, ao abrigo da cooperação com Cuba. Contudo, o sector da construção habitacional não foi além daqueles blocos e rapidamente estagnou por completo, tendo sido o sector informal (anárquico) a preencher a necessidade de habitação, passando-se à designada “auto-construção”²², mediante a qual se construíram milhares de anexos nos quintais das vivendas de Luanda, ou mesmo nos terraços dos prédios.

Assistência Social

Ao nível da assistência social, vários projectos nacionais foram discutidos e começaram a ser implementados sob pressão de comissões de trabalhadores e comissões de bairro, assim como alguns comités de jovens e organizações de massas, incluindo creches para filhos de mulheres trabalhadoras, apoio sócio-económico para antigos guerrilheiros, viúvas e órfãos de guerrilheiros, casas de repouso para idosos e mutilados e campos de refugiados para aqueles que fugiam da guerra²³. Em 1977, cerca de 50.000 refugiados Namibianos, alvo de ataques dos sul-africanos, foram transferidos do Sul para o Norte, tendo sido criados novos campos para o efeito; nas províncias do Nordeste (Lunda Sul e Lunda Norte), construíram-se campos para cerca de 18.000 refugiados do Shaba (Zaire) e várias outras iniciativas deste tipo foram assumidas para apoiar centenas de milhares de Angolanos deslocados de guerra²⁴.

Contudo, logo no final de 1977 e início de 1978, os fundos para apoiar tais iniciativas começaram a diminuir e os primeiros sinais de negligência emergiram²⁵. Como alternativa, e especialmente devido à forte pressão dos refugiados e deslocados de guerra internos, o governo angolano intensificou os seus pedidos de apoio a várias organizações internacionais, como o sistema das Nações Unidas (UNHCR, UNICEF, WHO, FAO, WFP), a Liga das Sociedades da Cruz Vermelha e

de acordos de cooperação (económicos, científicos, culturais, técnicos, etc.) era de 5.000; in *Le Monde* (9 Novembro, 1977); também *ACR*, 10 (1979), p.B510.

¹⁹ Vidal, Nuno, *Post-modern patrimonialism in Africa: the genesis and development of the Angolan political-economic system, 1961-1987* (London: King's College, 2002), a PhD thesis.

²⁰ In *ACR*, 15 (1984), p. B597; estamos obviamente a falar da expansão e construção de novos muceques, porque tal como é sabido, os muceques existem desde o período colonial.

²¹ Ver Bhagavan, M R, *Angola's political economy 1975-85* (Motala: Swedish International Development Authority, 1986), p.24.

²² In 'Principais resultados do desenvolvimento económico-social da RPA no triénio 1978-1980' ... op. cit. p. 25.

²³ Ver 'Principais resultados do desenvolvimento económico-social da RPA no triénio 1978-1980' ...op. cit.

²⁴ Ver *UNHCR publication*, 5 (October 1977), p.2; também *ACR*, 14 (1983), p.B590.

²⁵ Vidal, Nuno, *Post-modern patrimonialism in Africa* ... op. cit., pp.230-231.

países Nórdicos europeus como a Suécia e a Noruega²⁶. Montantes muito significativos de ajuda humanitária a Angola começam a chegar logo nesta altura (finais de 1977 e 1978), quando os primeiros sintomas de colapso nos sectores sociais se tornaram evidentes²⁷. Estes foram os primeiros sinais de uma tendência que se vai reforçar em 1979²⁸ e ainda mais nos primeiros cinco anos da década de oitenta, como veremos mais à frente neste texto. No que se refere aos resultados dos programas do governo iniciados após a independência, o congresso de 1980 do MPLA vai simplesmente limitar-se a uma mera declaração de intenções futuras sem apresentar nada em concreto²⁹.

Serviços Comunitários

Ao nível dos serviços comunitários, paralelamente às responsabilidades principais atribuídas aos comissariados provinciais (actuais governos provinciais), várias tarefas foram acometidas aos grupos da Organização de Defesa Popular (ODP). Para além da sua natureza de força paramilitar, estes grupos assumiam tarefas de serviço comunitário nas respectivas províncias, comunas, bairros e povoações (reparação e conservação de escolas, hospitais, estruturas viárias, de saneamento básico, etc.). Para além das ODP e dos comissariados, nos primeiros anos de independência (1975-1977), eram relativamente comuns os apelos governamentais/partidários ao trabalho cívico voluntário em dias específicos do mês para limpeza de ruas; estas actividades tiveram inicialmente alguma adesão e sucesso³⁰.

No entanto, logo em 1978, tanto os comissariados, como a ODP, como as actividades voluntárias, começaram a revelar-se ineficazes e os serviços comunitários entraram em acentuada degradação, nas províncias e na cidade capital. Em 1978, Luanda era descrita como tendo caído “num esfarrapado e sujo estado de degradação”, “em decadência, com lixo e entulho em ruas esburacadas”, com uma “crónica e cada vez mais acentuada falta de água, electricidade, saneamento básico, escoamento de esgotos e recolha de lixo”³¹.

Em suma e no conjunto, a análise dos sectores sociais durante a presidência de Agostinho Neto revela uma preocupação inicial e empenho efectivo do governo e do partido, que nesse sentido desenvolvem medidas concretas. No entanto, antes mesmo da sua morte (Setembro de 1979), os primeiros sinais de regressão nestes sectores começaram a emergir. A questão que se coloca é a de saber porquê?

A resposta padrão é de que tal situação se deveu ao esforço de guerra e ao aumento da importação de bens de consumo e de equipamento (e esse foi em parte o argumento oficial

²⁶ In *UNHCR publication*, 5 (October 1977), p.2; O UNHCR reuniu uma quantia de US\$1.2 milhões para o seu programa de emergência de 1977 e mais 4.1 milhões para financiar a fase de alívio de 1978. Um programa de assistência de longo-prazo seguir-se-ia; *ibid.* p.2.

²⁷ In *ACR*, 14 (1983), p.B590. O início da ajuda humanitária em Angola data desta altura e vai acentuar-se fortemente no primeiro quinquénio de 1980, muitos anos antes de 1987 – data indicada em Messiant, Christine (2001) “A propos des ‘transitions démocratiques’ notes comparatives et préables à l’analyse du cas angolais”, in *Revista Africana Studia*, nº2, Universidade do Porto, p.84, footnote nº54.

²⁸ In *ACR*, 14 (1983), p.B590.

²⁹ Ver *Relatório do Comité Central ao Iº Congresso Extraordinário...* op. cit...1980, pp. 93-94.

³⁰ Ver Vidal, Nuno, *Post-modern patrimonialism in Africa ...* op. cit., pp. 231-232.

³¹ Relatado por David Lamb ao *Los Angeles Times* (3 Dezembro, 1978), também no mesmo sentido ver artigo em *The Sunday Telegraph* (25 Junho, 1978).

utilizado³²). Contudo, se tal aumento de despesas deve ser reconhecido, não pode ser assumido como a principal razão para o súbito colapso (final de 1977 e 1978) por três razões principais. Primeiro, aquele período também coincidiu com o aumento da produção de petróleo em Angola e com o dramático aumento do preço do barril de crude (de US\$12 o barril em 1974 para US\$28 em 1979)³³, representando um rendimento médio de cerca de 1 bilhão de \$US/ano entre 1975 e 1980³⁴. Segundo, as despesas com armamento permaneceram relativamente constantes nos finais da década de setenta (em torno de US\$500 milhões por ano) e somente aumentaram significativamente no início dos anos oitenta³⁵. Por fim, aqueles serviços não dependiam exclusivamente do Estado, apoiando-se também e significativamente no trabalho voluntário e no empenho comunitário da população em geral. Assim, uma diferente explicação deve ser procurada³⁶.

Da perspectiva do governo, o declínio dos serviços sociais parece estar relacionado com a emergência de um fenómeno mediante o qual as elites governantes se sentiram progressivamente mais “confortáveis” em negligenciar a população em geral e isto devido a duas razões principais. Primeiro, começaram a sentir-se bastante seguras em termos económicos, com uma renda petrolífera crescente que não dependia dos esforços produtivos da população em geral. Segundo, sentiram-se igualmente seguros porque, por um lado, a população não tinha votos para expressar politicamente o seu descontentamento para com um partido fortemente controlado (após um processo de purga e rectificação³⁷), municiado de uma temível polícia política e manipulando o sistema judicial; por outro lado, na medida em que a UNITA estava cada vez mais activa militarmente, o governo poderia sempre contar com o apoio derivado do medo em relação ao desconhecido – o inimigo –, percebido como uma ameaça à cultura e modo de vida características da grande aliança Creolos/MBundus no coração do MPLA³⁸.

Da perspectiva da população em geral (aqueles que era suposto participarem no trabalho voluntário), as razões para a falta de empenho comunitário parecem também ser essencialmente duas. Primeiro, tem a ver com a repressão que se seguiu ao 27 de Maio de 1977, essencialmente dirigida contra uma revolucionária e ideologicamente fervorosa geração envolvida em comités políticos de jovens (normalmente preocupados e empenhados com políticas sociais); este

³² Acerca do uso do argumento da Guerra para justificar o insucesso em alcançar vários objectivos sócio-económicos para o triénio de 1977-1980 ver *Relatório do Comité Central ao 1º Congresso Extraordinário...* op. cit., 1980, p.83.

³³ In *Shell Bulletin SBS* (1986).

³⁴ Hodges, Tony, *Angola from Afro-Stalinism to Petro-Diamond Capitalism* (London: James Currey, 2001), p.2.

³⁵ In Collelo, Thomas (ed.), *Angola, a Country Study* (Washington: Federal Research Division, 1991), p.234.

³⁶ Mesmo abordando o impacto da Guerra em termos mais gerais, ao nível da economia em geral e de um ponto de vista estritamente económico, a guerra *per se* não explica o declínio da produção, tal como explicado por Ferreira, Manuel Ennes, *A Indústria em tempo de Guerra (Angola, 1975–91)* (Lisboa: Edições Cosmos/IDN, 1999) ou Ferreira, Manuel Ennes, “Angola: conflict and development, 1961-2002” in *The Economics of Peace and Security Journal*, Vol. 1, No. 1, 2006, pp. 25-29.

³⁷ Vidal, Nuno “Multipartidarismo em Angola” in Vidal, Nuno & Pinto de Andrade, Justino (eds.), *O processo de transição para o multipartidarismo em Angola* (Luanda e Lisboa: Firmamento, 2006), pp. 11-57.

³⁸ Vidal, Nuno, *Post-modern patrimonialism in Africa ...* op. cit., pp.224-226; ver também Messiant, Christine, ‘Angola, les voies de l’ethnisation et de la décomposition — I — de la guerre à la paix (1975–1991): le conflit armé, les interventions internationales et le peuple angolais’, in *Lusotopie*, 1 (1994) pp. 155–210, especialmente p. 169; também Messiant, Christine, ‘MPLA et UNITA, processus de paix et logique de guerre’, in *Politique Africaine*, 57 (1995) p.46; Messiant, Christine, ‘Angola: entre guerre et paix’, in Marchal, Roland and Messiant, Christine, *Les chemins de la guerre et la paix: fins de conflit en Afrique orientale et australe* (Paris: Karthala, 1997), p. 169; também Heywood, Lynda, *Contested Power in Angola, 1840’s to the Present* (New York: University of Rochester Press, 2000), p.152.

processo também minou a actividade independente de comités de trabalhadores e de bairro, sindicatos e organizações de massas (inicialmente ligados aos comités de jovens em termos de iniciativas sociais)³⁹. Segundo, o declínio do serviço social parece estar relacionado, por um lado, com a desilusão geral de que afinal a riqueza de Angola, anteriormente explorada pelos portugueses, não seria partilhada por todos⁴⁰ e, por outro lado, com a crescente austeridade que forçou a maioria a recorrer às actividades informais para compensar a perda de poder de compra dos salários. Tal como afirma Zenha Relá:

*[O 27 de Maio terá sido] o fim do estado de graça do poder em relação à mobilização popular, o despertar do estado de euforia que até então se vivia, a tomada de consciência das dificuldades quotidianas e **uma transformação de mentalidade que é fundamental: a resolução dos problemas que até aí era generalizadamente encarada como uma acção colectiva (...) passa a ser um problema de cada um, já que é cada um que tem de resolver os seus problemas; se estes só puderem ser resolvidos através de “esquemas” então que cada um tente arranjar os seus...***⁴¹ [meu negrito].

Na maioria dos casos os esquemas consistiam em encontrar rendimentos alternativos por via da produção para, ou articulação com, o mercado paralelo ou informal, levando ao absentismo e falta de pontualidade nos locais oficiais de trabalho. Começaram de igual modo a verificar-se uma série de desvios de bens do mercado oficial para o informal, assim como a venda de serviços públicos. Estas práticas alastravam e envolviam também dirigentes e responsáveis, conforme atestam os próprios documentos do partido que fazem o balanço da primeira administração Socialista:

Considerando que o roubo, a candonga, a especulação e a delapidação dos bens sociais constituem práticas anti-económicas (...); Considerando a prática individual ou organizada em redes de desvios e de roubos nos portos e aeroportos e caminhos de ferro, fábricas, armazéns e lojas, o armazenamento de bens desviados e roubados para alimentar os mercados paralelos ilegais, a utilização especulativa dos meios de transporte privados e mesmo estatais, a venda especulativa de bens alimentares e bens industriais em mercados legais e ilegais, nas ruas e em domicílios; a aquisição de bens para revenda a preços especulativos (...) a venda especulativa de bens alimentares de produção caseira; a destruição dos bens do povo, nomeadamente dos meios de transporte, sem a devida sanção dos infractores; (...) Considerando que estas situações se agravam dia após dia pela corrupção, pelo proteccionismo e liberalismo de dirigentes e responsáveis, pela inoperância dos mecanismos de prevenção e repressão e pela falta de controlo generalizado sobre os bens do povo; (...) Considerando que a situação acima mencionada, que mostra tendência para a generalização, afecta necessariamente a situação de classe das massas trabalhadoras (...). O congresso chama especial atenção para a necessidade de punir em especial os dirigentes, responsáveis, técnicos, agentes da Defesa e

³⁹ Não é aqui possível explicar o fenómeno político e sociológico dos comités de jovens e o impacto da tentativa de golpe de 27 de Maio de 1977; para uma explicação mais acurada ver Mabeko-Tali, Jean-Michel, *Dissidências e poder de Estado: o MPLA perante si próprio (1962-1974)*, 2 volumes (Luanda: editorial N'Zila, 2001); também Vidal, Nuno, *Post-modern patrimonialism in Africa ...* op. cit..chap.5.

⁴⁰ A este respeito ver por exemplo, Carreira, Iko, *O Pensamento estratégico de Agostinho Neto* (Lisboa: Dom Quixote, 1996), p.148. Também apoiando o mesmo argumento de uma diferente concepção de independência entre os estratos sócio-económicos mais baixos, baseada essencialmente nas expectativas de distribuição de benefícios materiais, está Daniel Chipenda numa entrevista pública à Rádio Nacional de Angola, programa *Foi há vinte anos* (17 de Junho de 1995).

⁴¹Zenha Relá, José Manuel, *Angola entre o presente e o futuro* (Lisboa: Escher, Agropromotora, 1992), p.53.

*Segurança e todos os trabalhadores do sector estatal em geral, que pratiquem, encubram ou sejam cúmplices, ou por qualquer outra forma estejam ligados às práticas contra-revolucionárias objecto da presente resolução*⁴².

Estes começam a ser sinais claros de diluição da consciência pública. O resultado imediato e objectivo começou por ser o declínio progressivo nos sectores sociais durante o período de 1977-1979. Consequentemente, não só se deterioraram as condições de vida da maioria da população (ao nível da educação, serviços de saúde, habitação, segurança social e serviços comunitários), como também se agravaram as perspectivas das gerações subseqüentes em termos de progressão profissional e sócio-económica (sujeitas a uma menor esperança média de vida, que continuou a regredir até aos dias de hoje, e a uma falta de oportunidades de ascensão social por via da educação). A médio e a longo prazo, tal declínio significou uma crescente fragilidade económica e social para os estratos mais baixos da população (a maioria), ou seja, todos aqueles que mais necessitavam de apoio social.

1.2 – A segunda administração Socialista

Durante a segunda administração socialista, sob a presidência de Eduardo dos Santos (1979-1987)⁴³, assistiu-se ao aprofundar da tendência de degradação dos sectores sociais que se começara a verificar no final da presidência de Neto.

Tal como foi claramente reconhecido pelo relatório do Comité Central (CC) ao Segundo Congresso do partido, em 1985, os sectores sociais conheceram um agravamento da sua situação entre 1980 e 1985.

Educação

A educação declinou claramente em relação aos sucessos iniciais dos primeiros anos da independência:

*apesar dos esforços desenvolvidos, verificou-se uma baixa rentabilidade do sistema de educação e ensino (...) O processo de alfabetização, que tantos êxitos alcançou nos primeiros anos da independência, apresenta também sintomas de regressão*⁴⁴

Saúde

⁴² Resoluções e Mensagens do I Congresso Extraordinário do MPLA-PT, (Luanda: Secretariado do Comité Central, 1980) pp.39-41; ver no mesmo sentido, 'Principais resultados do desenvolvimento económico-social da RPA no triénio 1978-1980' ... op. cit.

⁴³ Ainda que oficialmente a adesão a um sistema de economia de Mercado e multipartidarismo tenha sido somente aprovado em 1990 (III congresso do MPLA), o início desse processo de mudança poderá ser encontrado em 1987, ver Vidal, Nuno, *Post-modern patrimonialism*...op. cit.; o mesmo é reconhecido por outros autores, ver também neste sentido Messiant, Christine, 'À propos des "transitions démocratiques", notes comparatives et préalables à l'analyse du cas Angolais', in *Africana Studia*, 2 (2000), pp.61–95; também Hodges, Tony, *Angola from Afro-Stalinism*...op. cit.

⁴⁴ In *Relatório do Comité Central ao II...p. cit.*, p.121. De acordo com Mohanty, 'De 1980 a 1985 houve um decréscimo no nº de alunos no ensino primário (10% anualmente) e no nº de professores (14% anualmente) em média'; in Mohanty, Susama, *Political Development and Ethnic Identity in Africa, a study of Angola since 1960* (London: Sangam Books, 1992), p.209. No período de 1980 a 1985, a educação representou 2% dos gastos totais em divisas do país; ibid. p.209.

Os serviços de saúde também se deterioraram rapidamente com reflexos imediatos ao nível do aumento da propagação de doenças:

A deterioração acentuada que se verificou na 1ª fase do quinquénio traduziu-se numa evolução negativa dos indicadores disponíveis, nomeadamente o de cobertura sanitária (...) assim como dos indicadores de morbilidade das principais doenças transmissíveis⁴⁵.

Habitação

O sector da habitação estava estagnado e incapaz de fazer face à procura:

É um facto que sem a construção de novas habitações e sem o acabamento dos edifícios herdados em fase de construção, não é possível resolver o problema da habitação; por outro lado, os imóveis já habitados, nomeadamente os que são património do Estado, não têm beneficiado da manutenção regular, constatando-se mesmo uma certa degradação, o que torna a situação ainda mais complexa⁴⁶

Assistência Social

Apesar da substancial ajuda internacional, o governo era incapaz de financiar e implementar as suas políticas no que se refere às populações deslocadas e à integração de populações regressadas:

Ao nível do apoio às populações deslocadas e da integração das populações regressadas, tem havido dificuldades na materialização das orientações traçadas (...) Apesar do elevado volume da ajuda internacional, os recursos concedidos têm sido insuficientes⁴⁷

Serviços Comunitários

Quanto à decadência dos serviços comunitários ligados aos comissariados, o relatório simplesmente admitia que:

(...) não foram, durante o quinquénio, providos dos meios necessários à sua actuação⁴⁸

Este panorama geral de deterioração dos sectores sociais (numa altura de graves necessidades face ao agravamento das condições sócio-económicas e à intensificação da guerra) teve efeitos imediatos e dramáticos nos estratos sócio-económicos mais baixos, não só nas áreas rurais (onde 500 a 700 mil deslocados internos se encontravam numa situação de necessidade crítica de assistência social⁴⁹) mas também nas áreas urbanas, onde existia uma necessidade desesperada

⁴⁵ In *Relatório do Comité Central ao II Congresso...op. cit.*, p.123. 'a Saúde, como a educação, correspondem a 2% do total de divisas do país gastas durante 1980-85'; in Mohanty, Susama, *Political Development and Ethnic Identity in Africa, a study of Angola since 1960* (London: Sangam Books, 1992) p.209.

⁴⁶ In *Relatório do Comité Central ao II Congresso ...op. cit...*1985, p.128.

⁴⁷ In *Relatório do Comité Central ao II Congresso ...op. cit...*1985, p. 125.

⁴⁸ In *Relatório do Comité Central ao II Congresso ...op. cit...*1985, p. 128.

⁴⁹ De acordo com as Nações Unidas em 1985, "Estima-se que mais de 500.000 pessoas se encontram em situação de necessidade crítica de assistência, sobretudo nas províncias do Norte, Centro e Sul (...) Muitas pessoas deslocadas estão em grave necessidade de roupa, cobertores e abrigo; in *Africa Emergency - UN Office for Emergency Operations in Africa* (June 1985). Sob o clarificador título de 'Les stigmates d'un effondrement', Jean-Claude Pomonti relatava que « O Comité Internacional da Cruz Vermelha, que dispõe de informação local, estima a situação como 'muito grave'. No planalto central (...) encontra-se a maioria das 467.000 'pessoas deslocadas'

de água potável⁵⁰ e de limpeza das ruas e onde os sistemas de saneamento básico haviam simplesmente entrado em colapso⁵¹. Doenças como a febre-amarela e a cólera reapareceram de forma assustadora. Em 1985, a cólera foi responsável pela morte de 4.000 pessoas só na cidade de Luanda⁵² e cerca de uma em cada quatro crianças morria⁵³.

O principal argumento oficial utilizado para justificar tal colapso voltava a basear-se na difícil situação financeira resultante do crescente esforço de guerra:

*A actividade no domínio social durante o quinquénio reflectiu as dificuldades mais gerais da situação político-militar e da evolução económico-financeira, e foi também afectada pelas limitações orçamentais, cambiais e de investimentos que tiveram de ser tomadas*⁵⁴

De facto, as despesas com armamento duplicaram em 1980 (aumentando para mais de US\$1 bilhão⁵⁵) e em 1983 estimava-se que Angola havia gasto cerca de 50% das suas receitas em divisas com a defesa⁵⁶. Contudo, tal explicação não pode ser tomada à letra, porque o próprio relatório acabava por contradizê-la, uma vez que apesar de reconhecer a situação caótica nessas áreas estabelecia como principal objectivo, para a futura política social, uma redução dos gastos, tendo por base o argumento de que:

*[Foram] tomadas algumas medidas e outras estão em estudo para diminuir a dependência destes sectores do Orçamento Geral do Estado e para que os utentes e beneficiários atribuam o valor devido a alguns serviços que o Estado lhes proporciona*⁵⁷

Por outras palavras, a negligência do governo em relação aos sectores sociais (afectando essencialmente os pobres) passaria a ser a norma, independentemente de quaisquer possíveis aumentos nas receitas do Estado ou diminuição das despesas – desta forma quebrando qualquer relação futura entre política social e rendimento do Estado. Deste modo a questão óbvia é a de saber porquê?

Da perspectiva das elites governantes, a resposta aqui fornecida está relacionada com a tendência já verificada durante a presidência de Agostinho Neto: os estratos sociais mais afectados pela negligência das políticas sociais tinham cada vez menos significado económico e político. Economicamente, as elites governantes eram mais autónomas que nunca em relação ao

segundo os cálculos oficiais angolanos. De facto, outras fontes dão conta, para o conjunto do território, de 700.000 refugiados do interior, ou seja, cerca de um habitante em cada dez »; in *Le Monde* (28 Janeiro, 1981).

⁵⁰ Artigo de ~~of~~Jean-Claude Pomonti sob o título de ~~under the title (titled?)~~'Les stigmates d'un effondrement' in *Le Monde* (28 Janeiro, 1981); o mesmo problema de falta de água é relatado por Quentin Peel in *Financial Times* (14 Setembro, 1981).

⁵¹ Artigo de ~~of~~Jean-Claude Pomonti sob o título de ~~under the title (titled?)~~'Les stigmates d'un effondrement' in *Le Monde* (28 Janeiro, 1981); também realçando a situação de sujidade e decadência de Luanda está o relatório de Michael Holman in *Financial Times* (21 Junho, 1982). Referindo-se a 1982, uma descrição destes problemas pode também ser encontrada no romance de ~~Reporting to~~ (Pepetela, *A Geração da Utopia* (Lisboa: Dom Quixote, 1992), pp. 212-213, 234, 236-237).

⁵² De acordo com técnicos Ocidentais da ajuda, "foi um milagre que não tivessem morrido mais pessoas"; artigo de Paul Betts in *Financial Times* (21 September, 1987)

⁵³ In *Africa Emergency - UN Office for Emergency Operations in Africa* (June 1985).

⁵⁴ In *Relatório do Comité Central ao II Congresso ...op. cit...1985*, p.120.

⁵⁵ Até então aquela despesa tinha-se mantido estável (em torno dos US\$500 milhões por ano no final da década de 1970); In Collelo, Thomas, ed., *Angola, ... op. cit.* p.234.

⁵⁶ In *ACR*, vol.15 (1984), p.B594.

⁵⁷ In *Relatório do Comité Central ao IIº Congresso ...op. cit...1985*, p.120.

esforço produtivo das “massas”. Politicamente, praticamente já não existiam mecanismos formais por meio dos quais a população pudesse expressar a sua insatisfação para com o governo dado o domínio do partido único num regime, que de 1977 em diante reforçou grandemente os seus mecanismos autoritários, repressivos e elitistas no seio do partido⁵⁸. Para além do mais, o regime poderia sempre contar com algum apoio político de vastas franjas populacionais devido ao medo e à ameaça representada pela UNITA, especialmente entre as camadas urbanas, Creolo/M'Bundu.

Por outro lado, tal como já se tinha tornado óbvio no final da presidência de Neto, existiam vários doadores internacionais dispostos a financiar iniciativas e programas sociais para salvar as pessoas da fome e das doenças. Assim, o governo intensificou os seus pedidos de ajuda internacional durante os primeiros cinco anos da década de oitenta, tendo recebido respostas positivas de vários países e organizações, nomeadamente: UNDP, UNHCR, UNICEF, FAO, WFP, UNESCO, ~~OIT, ILO, OMS~~ WHO, assim como das agências de desenvolvimento e cooperação dos países Nórdicos e Ocidentais, da Comunidade Económica Europeia⁵⁹ e da Cruz Vermelha Internacional (que desde 1981 já vinha ajudando a alimentar milhares de pessoas nas províncias mais afectadas⁶⁰).

Neste sentido, a estratégia governamental futura, para as áreas de acção social, ficou oficialmente traçada nesse mesmo relatório do Comité Central de Dezembro de 1985, percebendo que existia toda uma panóplia de fontes de recursos dispostas a financiá-las a fundo perdido:

O recurso à cooperação internacional para complementar os recursos internos disponíveis e para acelerar o ritmo da reconstrução nacional e do desenvolvimento económico e social, constitui uma necessidade objectiva⁶¹

Como consequência da nova política e apesar do acentuado incremento das receitas do petróleo (que praticamente duplicaram em 1987)⁶², a ajuda de emergência solicitada pelo governo

⁵⁸ Ver Vidal, Nuno, “The Angolan regime and the move to multiparty politics”, in Chabal, Patrick & Vidal, Nuno, Angola, the weight of history (London: Hurst, 2007), pp. 124-174.

⁵⁹ “A RPA tem beneficiado da ajuda e assistência de organismos não governamentais e das agências especializadas das Nações Unidas, com particular destaque para o PNUD, UNICEF, HCR, FAO, PAM, UNESCO, OIT, OMS, em numerosos projectos de desenvolvimento económico e social. É igualmente de destacar a assistência prestada pelas agências da cooperação para o desenvolvimento dos Países Nórdicos e dos Países Baixos no financiamento e execução de muitos outros projectos importantes. Em várias ocasiões a RPA beneficiou da ajuda alimentar de emergência da CEE e de alguns países Ocidentais, numa contribuição para minorar os problemas de abastecimento às populações afectadas pela seca e pelos efeitos da guerra”; in *Relatório do Comité Central ao II Congresso...op. cit.*, p.140. Em Junho de 1982, a FAO anunciou que iria dar US\$21 milhões a Angola; in *Rádio Nacional de Angola* (6 Junho, 1982), cit. in *SWB - Summary of World Broadcasts, British Broadcasting Corporation Monitoring* (8 Junho, 1982); Três anos mais tarde, em 15 de Janeiro de 1985, a mesma organização anunciou que se previa que Angola tivesse de importar cerca de dois terços do seu deficit de comida para 1984-1985 e que tinha assegurado a ajuda para a maioria desse deficit (71.000t do total de 83.000t); cit. in *ACR*, vol.17 (1986), p.B621. Como vemos, ao contrário do que afirmam Tony Hodges e Christine Messiant, o apoio humanitário era já bastante significativo no primeiro quinquénio de 1980, não começando só em 1987 como diz Messiant; ver Messiant, Christine, “A propos des ‘transitions démocratiques’ notes comparatives et préables à l’analyse du cas angolais”, in *Revista Africana Studia*, nº2, Universidade do Porto, 2001, pp.61-95; Hodges, Tony *Angola from Afro-Stalinism to Petro-Diamond Capitalism* (London: James Currey, 2001).

⁶⁰ “O governo foi confrontado com a necessidade de alimentar muitas centenas de milhar no planalto central. Tem sido capaz de fazer face a esta necessidade com a ajuda da Cruz Vermelha Internacional e outros doadores estrangeiros, que têm feito voos de abastecimento de comida a partir do porto de Luanda desde 1981”; in Bhagavan, M. R. *Angola’s political economy 1975-85* (Motala: Swedish International Development Authority, 1986) p.20.

⁶¹ *Relatório do Comité Central ao II Congresso ...op. cit.*...1985, p.146.

aumentou de US\$96.1 milhões em 1985⁶³ para US\$116 milhões em 1987⁶⁴. Começava a tornar-se cada vez mais claro que os gastos com os sectores sociais não estavam relacionados com a disponibilidade de recursos internos.

Do ponto de vista do funcionamento dos serviços públicos, do empenho comunitário e da consciência pública, a situação agravou-se, tendo-se confirmado a perspectiva de generalização apresentada no final da administração de Neto: com o crescimento exponencial do mercado paralelo a que um número cada vez maior de pessoas se dedicava com o desvio de bens públicos e de trabalho do mercado oficial para o informal.

No domínio económico e social, é notória a tentativa de consolidação das posições económicas da pequena burguesia, através do açambarcamento, da corrupção, da especulação, do suborno, da exploração da força de trabalho, do roubo dos recursos naturais e até da transacção do património cultural⁶⁵.

(...) a falta de controlo e o roubo e desvio de grandes quantidades de mercadorias, contribuíram para dificultar o processo de abastecimento à população⁶⁶.

Observadores estrangeiros constatavam o mesmo fenómeno:

O roubo e a corrupção começaram a fazer incursões nos valores morais da classe trabalhadora e gestora. A grave escassez de comida e bens essenciais de consumo que têm persistido nos últimos anos valorizaram estes bens. Podem ser trocados por outros bens procurados ou vendidos a preços extremamente elevados em Kwanzas, no mercado paralelo. Esta tentação provou-se demasiado forte para secções da classe trabalhadora e gestora. Os bens são surripiados dos portos, aeroportos, armazéns, lojas do governo, etc. Os trabalhadores do porto são conhecidos por se apropriarem de todo o tipo de bens da carga dos navios que descarregam nos portos de Luanda e Lobito. Isto é praticado com a conivência dos seguranças que recebem também uma parte. (...) Do outro lado do espectro social, é fortemente presumido que alguns quadros superiores do Estado e alguns ministros foram apanhados a acumular largas somas de dinheiro em divisas no exterior através de obscuros negócios de importação, assinatura de contratos de fornecimento com companhias estrangeiras e tráfico de diamantes⁶⁷

2 – Os Sectores Sociais e a Transição para o Multipartidarismo

Com o fim do modelo socialista e a transição para o multipartidarismo, a revisão constitucional de 1991 (lei 12/91) instituiu um Estado democrático de Direito ⁶⁸ e o novo enquadramento jurídico

⁶² O rendimento anual de petróleo de Angola quase duplicou, dos anteriores US\$1.1 biliões em 1986 para US\$2 biliões em 1987; in Hodges, Tony, *Angola from Afro-Stalinism...* op. cit. p.2.

⁶³ In *Africa Emergency - UN Office for Emergency Operations in Africa* (Junho, 1985).

⁶⁴ Relatado por Paul Betts ao *Financial Times* (14 e 21 Setembro, 1987).

⁶⁵ In *Relatório do Comité Central ao II Congresso...* op. cit., p.68.

⁶⁶ In *Relatório do Comité Central ao II Congresso...* op. cit., p.94.

⁶⁷ In Bhagavan, M R, *Angola's ...* op. cit. p.41. Reportando-se a 1982, várias referências interessantes a tal tipo de esquemas e corrupção exercidas por todos os estratos sociais podem ser encontradas em Pepetela, *A Geração da Utopia* (Lisboa: Dom Quixote, 1992) pp. 193, 200-202, 211-212, 222-223.

⁶⁸ Revisões constitucionais para transformarem a constituição num novo quadro político e económico: Lei 12/91, Diário da República - DR, 1ª série, nº19, de 6 de Maio de 1991; assim como Lei 23/92, DR, I, 38, de 16 de Setembro de 1992.

consagrou os usuais direitos, liberdades e garantias fundamentais⁶⁹ e abriu espaço ao surgimento de partidos políticos da oposição e das chamadas Organizações da Sociedade Civil - OSC⁷⁰.

Houve uma chegada massiva de organizações internacionais ao país (Organizações Internacionais Governamentais - OIG, ONGs, Igrejas, Instituições de Caridade, Solidariedade, Assistência, etc.). Era tempo de pensar sobre reconstrução e desenvolvimento e surgem assim vários projectos e estratégias, acompanhados de inúmeros activistas e técnicos expatriados e significativas verbas para financiamento destes projectos. Tinham em comum uma perspectiva mais democrática – participativa – do desenvolvimento.

2.1 – A cooperação entre activistas internacionais e nacionais e a reabilitação dos sectores sociais

Um importante grau de cooperação emergiu entre os que chegavam e todos aqueles internamente empenhados no desenvolvimento da sociedade civil. Esta aliança era benéfica para ambos os lados: os que chegavam necessitavam de conhecimento e competência local para os ajudar no planeamento, implementação e desenvolvimento dos seus projectos; as organizações locais necessitavam de parceiros externos, cujo apoio (financeiro, institucional e de capacidade técnica) era vital para a sua luta pela sobrevivência, numa sociedade controlada em todos os sectores por um partido/Estado autoritário⁷¹.

O novo mercado de trabalho, assim criado, ofereceu uma oportunidade alternativa para muitos quadros médios e superiores mal pagos no seio da administração estatal (quadros técnicos, académicos, intelectuais, funcionários públicos, etc.), que se encontravam profissionalmente frustrados, politicamente silenciados e socialmente reprimidos por um regime que os mantinha economicamente dependentes e politicamente subjugados desde 1977. Começaram a veicular algum criticismo contra os abusos do regime, denunciando as condições de vida miseráveis da maioria da população, a negligência dos sectores sociais e advogando o respeito pelos Direitos Humanos.

De forma progressiva, a sociedade civil angolana começou a ganhar ímpeto, tendo o número de organizações aumentado acentuadamente, criando-se um fórum para a coordenação das ONG nacionais (FONGA - Fórum das ONG Angolanas) e outro para a coordenação das internacionais (CONGA - Comité das Organizações Não Governamentais em Angola).

À medida que a guerra recrudescia, a actuação das OSC centrava-se cada vez mais na ajuda humanitária, mas em vários casos articulada com uma multiplicidade de pequenos projectos de desenvolvimento (e.g. projectos de “food for work” do WFP com projectos agrícolas e de desenvolvimento comunitário). Esta postura ajudou a disseminar uma perspectiva de desenvolvimento mais inclusiva, de funcionamento mais democrático (participativo), favorecendo a

⁶⁹ A revisão constitucional aprovou os princípios básicos de uma democracia multipartidária e a legislação complementar assegurou a liberdade de associação (Lei 14/91), de reunião e manifestação (Lei 16/91), de imprensa (Lei 22/91) de greve (Lei 23/91), de criação de partidos políticos (Lei 20/91), de radiodifusão independente (Lei 9/92).

⁷⁰ Até 1991 a ausência de OSC independentes do poder político significava que as Igrejas eram as vozes isoladas na defesa dos Direitos Humanos; ver Ver Vidal, Nuno, “Social Neglect and the Emergence of Civil Society”, in Chabal, Patrick & Vidal, Nuno, *Angola, the weight of history* (London: Hurst, 2007), pp. 200-235.

⁷¹ Ver Vidal, Nuno, “The Angolan regime ...op. cit., pp. 124-174.

criação de capacidades e realçando a importância da defesa dos direitos civis, políticos, económicos, sociais e culturais⁷². O envolvimento de doadores com parceiros locais (associações de camponeses, de moradores, etc.) também ajudou à criação e/ou estruturação de um vasto leque de organizações comunitárias de base em torno de necessidades económicas e sociais dessas comunidades.⁷³

Ao longo dos anos noventa, o fracasso do Estado em oferecer serviços sociais aos estratos sócio-económicos mais pobres levou a que as ONG nacionais e internacionais, juntamente com as organizações religiosas, fornecessem apoio em inúmeras áreas, nomeadamente a nível médico-medicamentoso, educação, segurança alimentar, saneamento básico e apoio aos deslocados de guerra em várias províncias do país⁷⁴.

Todo este processo, de envolvimento e apoio das organizações estrangeiras e as articulações internacionais, vai dar um precioso ímpeto às OSC angolanas e ao seu trabalho em prol dos sectores sociais junto das populações mais pobres, ajudando de sobremaneira a minimizar os efeitos da degradação dos sectores sociais.

Esta dinâmica conduziu a uma situação em que o Estado se empenhava cada vez menos nestas áreas e gastava muito pouco com elas, tendo o papel da cooperação internacional passado de secundário a central. Isto apesar do fantástico crescimento das receitas petrolíferas durante esse mesmo período – US\$2 biliões em 1987, US\$3.5 biliões em 1990, US\$5.1 biliões em 1996 e US\$7 biliões em 2000⁷⁵.

2.2 – As reacções do governo

A princípio, o governo não pareceu prestar muita atenção à dinâmica criada pelas relações entre o activismo interno e externo devido a três razões principais. Primeiro, as novas perspectivas de desenvolvimento (mais participativas e inclusivas) estavam relacionadas com programas de desenvolvimento que, supostamente, seriam relegados para segundo plano em face da prioridade dada à intervenção humanitária quando a guerra se reacendeu em Outubro de 1992 (após a rejeição dos resultados eleitorais pela UNITA). Segundo, o governo angolano estava essencialmente preocupado com a supervisão dos montantes da ajuda que chegavam e com a sua distribuição no interior do país – ou seja, com a definição das prioridades em termos de projectos e de áreas geográficas de intervenção (e.g. favorecendo as áreas controladas pelo governo em detrimento das áreas controladas pela UNITA)⁷⁶. Terceiro, na medida em que se retomou a guerra logo após as eleições e existiu um esforço imediato de reinvestimento em armamento e nas forças armadas (fortemente desestruturadas após os acordos de paz de Bicesse em 1991), a ajuda internacional tornou-se ainda mais importante para garantir abastecimentos de comida e alguns serviços sociais básicos, libertando o governo destas preocupações.

⁷² Ver Vidal, Nuno, *Estratégias de Desenvolvimento Participativo enquanto estímulo de capacidades empresariais: o projecto Kujje 91 em Malange/Angola* (Lisboa: ISCTE, 1997), dissertação de Mestrado.

⁷³ Ver *Engaging Civil Society Organizations in Conflict-Affected and Fragile States*, World Bank Report n.32538-GLB (Washington: The International Bank for Reconstruction and Development/The World Bank, 28 June, 2005).

⁷⁴ Vidal, Nuno, *Estratégias de Desenvolvimento Participativo...op. cit.*

⁷⁵ In Hodges, Tony, *Angola from Afro-Stalinism... op. cit.* p.2.

⁷⁶ Vidal, Nuno, *Estratégias de Desenvolvimento Participativo...op. cit.*

No início da década de noventa, a preocupação governamental foi essencialmente dirigida para o estabelecimento de mecanismos de coordenação e gestão das actividades das organizações internacionais, essencialmente através do Ministério da Assistência e Reintegração Social (MINARS) e da Unidade Técnica de Coordenação da Ajuda Humanitária (UTCAH), inicialmente sob supervisão do Conselho de Ministros e posteriormente do MINARS.⁷⁷ Dado que naquela época a comunidade internacional preferia canalizar a ajuda internacional através do sistema das Nações Unidas e das ONG nacionais e internacionais, em vez de fornecer ajuda directa bilateral ao governo, aqueles mecanismos de supervisão foram extremamente importantes para o governo, procurando manter o controlo e retirar vantagens dos recursos significativos que chegavam ao país.

Se no início dos anos noventa o governo não se preocupou muito com a dinâmica entre OSC internacionais e nacionais pelos motivos mencionados, em meados da década de noventa a situação alterou-se substancialmente.

Na medida em que assumiam um papel de crescente relevo no fornecimento de serviços sociais, as OSC ganharam uma legitimidade acrescida para se constituírem em vozes críticas contra a falta de empenho e preocupação do governo para com os sectores sociais, que se encontravam numa situação de grave degradação e ruptura. Estas organizações foram documentando e publicitando várias situações de pobreza extrema e pressionando as instituições do governo para uma mudança de atitude⁷⁸. Os *media* privados e internacionais começaram a ecoar este criticismo e estas exigências. Os partidos políticos da oposição por vezes juntaram-se a estas críticas (embora raramente com o mesmo empenho e força que as OSC).

Esta onda de criticismo interno e externo começou a tornar-se cada vez mais incómoda para o poder político, que reagiu de forma estruturada em meados da década de 1990, investindo fortemente numa 'sociedade civil paralela', integrada por organizações tais como a fundação do presidente, (*Fundação Eduardo dos Santos-FESA*), criada em 1996⁷⁹ e, mais tarde, o *Fundo de Solidariedade Social Lwini* da primeira-dama Ana Paula dos Santos, ambas pretendendo reabilitar a imagem política do presidente, selectivamente provendo serviços sociais da responsabilidade do Estado, usando para esse fim fundos geralmente provenientes dos bónus sociais pagos pelas empresas petrolíferas internacionais. Tal estratégia continuaria até aos dias de hoje com a criação ou cooptação de várias outras organizações⁸⁰.

⁷⁷ Actualmente a UTCAH está também articulada com o Ministério do Planeamento; não devendo ser confundida com a UCAH das Nações Unidas (Unidade de Coordenação da Assistência Humanitária das Nações Unidas), mais tarde substituída pela UN OCHA (*UN Organization for the Coordination of Humanitarian Affairs*) e posteriormente pela UNTCU (*UN Transitional Coordination Unit*); nas províncias, o papel de coordenação e controlo era essencialmente desempenhado pelos governos provinciais; ver Vidal, Nuno, *Estratégias de Desenvolvimento Participativo...op. cit.*; também Vidal, Nuno, "Social Neglect and the Emergence of Civil Society", in Chabal, Patrick & Vidal, Nuno, *Angola, the weight of history* (London: Hurst, 2007), pp. 200-235.

⁷⁸ Ver "Country profile Angola" in *An Assessment of Human Rights Defender initiatives in Southern Africa*, a report for the Netherlands Institute of Southern Africa – NiZA, by Ahmed Motala, Nuno Vidal, Piers Pigou and Venitia Govender (Amsterdam: NiZA, June 2005), pp.47-62.

⁷⁹ Para mais informação sobre esta fundação e o investimento do poder na Sociedade Civil, ver Messiant, C. 1999, 'La Fondation Eduardo dos Santos (FESA): autour de l'investissement de la société civile par le pouvoir angolais', in *Politique Africaine*, 73, pp. 82 – 101.

⁸⁰ A AJAPRZ (*Associação de Jovens Angolanos Provenientes da Zâmbia*), *Criança Futuro* (anteriormente liderada pelo antigo Chefe dos Serviços de Inteligência no Exterior, Fernando Miala; Miala), *Acção Solidária* e *Amigos do*

As OSC “paralelas” passaram a ter um acesso privilegiado e facilitado às estruturas governamentais nacionais e provinciais, assim como ao sector público e privado da economia (ambos dominados claramente pelo partido maioritário e subjugados à lógica política patrimonial⁸¹). As outras organizações que não se enquadravam nestes parâmetros passaram a encontrar dificuldades crescentes de actuação na proporção directa do seu confronto ao governo.

2.3 – Alteração do contexto nacional e internacional

Com estes crescentes constrangimentos ao funcionamento interno, o financiamento externo passou a ser absolutamente vital para as OSC nacionais. Contudo, este apoio vai sofrer um forte revés no final dos anos 90, quando algumas das organizações internacionais que há anos trabalhavam em Angola se tornaram progressivamente desiludidas com o seu verdadeiro papel no país, nomeadamente a assumpção das responsabilidades sociais que supostamente caberiam ao Estado desresponsabilizando-o em muitas matérias. Em declarações públicas chocantes, Jean-Marc Perrain, director-executivo dos ‘Médecins Sans Frontières – Angola’ (MSF-Angola) expressou aquilo que se havia tornado claro para todos:

*Não é compreensível que um país tão rico como Angola, que produz e vende petróleo e diamantes, com uma receita petrolífera anual estimada em 7 biliões de dólares invista tão pouco em áreas como a saúde. Não é a nosso ver normal que uma associação humanitária como a MSF forneça tudo o que é necessário para o funcionamento de um hospital, seja na Kahala, seja no Kuíto. Isso não nos parece lógico. Parece-nos lógico dar um apoio complementar ao Ministério da Saúde pela situação difícil que vive o país actualmente.*⁸²

Rangel, entre outras, são exemplos claros de tal tipo de organizações. Servem basicamente a necessidade governamental e presidencial de ter uma “sociedade civil” cooperante que possa ser politicamente manipulada no seio da lógica patrimonial dominante: fornecendo uma fonte extra de empregos relativamente bem remunerados que podem ser distribuídos por entre novos ou antigos clientes e dependentes; fornecendo serviços sociais seleccionados conforme necessidade do partido ou do presidente, em função de objectivos e necessidades políticas específicas; participando em processos politicamente sensíveis (e.g. aprovação de determinadas leis) sem as contestarem e, como tal, satisfazendo a exigência internacional de ouvir a “sociedade civil”. A Agenda Nacional de Consenso, aprovada a 3 de Abril de 2007 e promovida pelo governo é um exemplo deste tipo de iniciativas que precisa de “cooperação” das OSC; a respeito da Agenda Nacional de Consenso ver *Jornal de Angola* (20 Junho 2007); a respeito das OSC paralelas ver “Country profile Angola” in *An Assessment...* op. cit., pp.47-62; igualmente Messiant, Christine, “The Mutation of Hegemonic Domination: Multiparty Politics Without Democracy”, in Chabal, Patrick & Vidal, Nuno, *Angola, the weight of history* (London: Hurst, 2007), pp.93-123; também Vidal, Nuno “Multipartidarismo em Angola...” op. cit.

⁸¹ O processo de privatização no início dos anos noventa beneficiou sobretudo a nomenclatura; ver Ferreira, Manuel Ennes, ‘La reconversion économique de la nomenclature pétrolière’, in *Politique Africaine*, 57 (1995), pp.11–26; também Aguilar, Renato, “Angola’s private sector: rents distribution and oligarchy”, in Karl Wohlmuth, Achim Gutowski, Tobias Knedlick, Mareike Meyn & Sunita Pitamber, *African Development Perspectives* (Germany: Lit Verlag, 2003); Aguilar, Renato, *Angola: getting off the hook*, a report for Sida (Gothenburg: Gothenburg University, 2005), especialmente pp. 13-18.

⁸² Declarações de Jean-Marc Perrain, coordenador da MSF em Angola, proferidas em Luanda no dia 9 de Novembro de 2000, aquando da apresentação do relatório Médecins Sans Frontières, *Angola: as aparências de ‘normalização’ escondem graves cenas de guerra* (Luanda: MSF, 9 Novembro, 2000); declarações reproduzidas pelo Canal 2 da Rádio Televisão Portuguesa, programa “Jornal de África” (11 Novembro, 2000); ver também *Diário de Notícias* (12 Novembro, 2000); *Público* (27 Abril, 2000).

Estas declarações surgem numa altura em que o governo angolano enfrentava já o escândalo “Mitterrand, Falcone e Gaidamak” (de 1999), o relatório da *Global Witness* e outros relatórios que expunham a má gestão de receitas petrolíferas e a corrupção endémica no sistema político, para além de várias outras actividades co-relacionadas e expostas pelos *media*⁸³. Ao mesmo tempo, os diversos orçamentos gerais do Estado neste período afectavam quantias exíguas aos sectores sociais.⁸⁴

Com o fim da guerra civil que se seguiu à morte de Jonas Savimbi (Fevereiro de 2002) e a assinatura do memorando de paz do Luena (Abril de 2002), muitos esperavam por uma rápida mudança na política social – expectantes por investimentos substanciais do Estado nos sectores sociais, numa altura em que se estimava que três quartos de uma população também ela estimada de 14 milhões, vivia com menos de 1 dólar por dia e que cerca de 2 milhões enfrentavam o risco eminente da fome⁸⁵. Neste cenário, organizações internacionais a trabalhar no terreno, como a *CARE International* ou a *MSF*, acusavam o governo de negligência criminal contra a sua própria população⁸⁶. O desgastado argumento da guerra deixava de poder ser usado para justificar a falta de investimento naqueles sectores. Para além do mais, a produção petrolífera continuava a aumentar fortemente e rendia ao governo uma média de cerca de 5 biliões de dólares anuais.⁸⁷

Consequentemente, a ajuda humanitária diminuiu substancialmente e a tão aguardada conferência internacional de doadores foi sendo constantemente adiada, ficando condicionada a um acordo entre o governo e o FMI, que era suposto estabelecer alguns princípios de *accountability* e transparência na gestão das contas públicas⁸⁸. A assistência humanitária foi

⁸³ Para uma abordagem mais profunda aos escândalos de negócios e armamento, tráfico de diamantes e lavagens de dinheiro envolvendo Jean-Christophe Mitterrand (filho do antigo presidente francês François Mitterrand), Jacques Attali (antigo presidente do BERD - *Banque Européenne pour la Reconstruction et le Développement*), Pierre Falcone (negociante de armas e principal fornecedor de armas para Angola) e Arkadi Gaidamak (negociante de armas e diamantes, intermediário/detentor da antiga dívida de Angola à USSR), com múltiplas ramificações (incluindo a Sonangol), ver *O Independente* (23 Julho, 1999); *Público* (5 e 6 Dezembro, 1999), (14 Janeiro, 2000), (11 Abril, 2000), (30 Julho, 2000), (9 Dezembro, 2000), (23 Dezembro, 2000); *Expresso* (16 Dezembro, 2000), (8 Setembro, 2001); também relatórios da *Global Witness* que nomeiam vários membros da clique presidencial envolvidos em redes de negócio de armas, contas secretas ligadas aos rendimentos estatais do petróleo, etc.: ‘A Crude Awakening: the role of the oil and banking industries in Angola’s civil war and the plunder of the state assets’, a report by *Global Witness*, December 1999; igualmente ‘All the Presidents’ men’, a report by *Global Witness*, March 2002; também ‘A Rough Trade: the role of Companies and Governments in the Angolan Conflict’, a report by *Global Witness*, December 1998. Edições em [www.oneworld.org/globalwitness/]; também McMillan, John, *The main institution in the country is corruption: creating transparency in Angola* (Stanford: Center on democracy, development and the rule of law, Stanford Institute of International Studies, February, 2005).

⁸⁴ Orçamentos de Estado Angolanos: em **2001** – educação, 5.06%; saúde, 5.03%; segurança social, 3.95%; habitação e serviços comunitários, 3.77%; em **2002** – educação, 5.19%; saúde, 4.57%; segurança social, 3.36%; habitação e serviços comunitários, 2,14%. Orçamentos de Estado de Angola disponíveis em [www.minfin.gv.ao/].

⁸⁵ *The Guardian* (7 Fevereiro, 2003).

⁸⁶ *Voz da América News Online* (11 Junho, 2002); *The Guardian* (7 Fevereiro, 2003).

⁸⁷ De 2000 a 2003 Angola recebeu uma média de 5 biliões de dólares por ano; ver artigo ‘Angola should be able to finance its own post war rebuilding’ por Michael Dynes in *Times online* (24 Fevereiro, 2003).

⁸⁸ Para uma súpula da relação entre o governo angolano e o FMI, ver ‘Some transparency, no accountability, the use of oil revenue in Angola and its impact on Human rights’, a report by *Human Rights Watch*, January 2004, vol. 16, no. 1; este relatório expõe também as discrepâncias nas contas governamentais entre receitas e despesas provenientes do petróleo; ver também *Human Rights Watch World Report 2006* (New York: HRW & Seven stories press, 2006), pp.74-79.

suspensa em várias regiões (sobretudo no Centro-Norte) que deixaram de ser consideradas como necessitadas de tal apoio⁸⁹.

Por outro lado, com o aproximar do fim da presença da ONU em Angola, o UNOCHA (*United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs*) foi substituído pela UNTCU (*United Nations Transitional Coordination Unit*; dependente do *United Nations Development Programme-UNDP*), que era suposto passar as suas responsabilidades pela coordenação para as instituições do governo, nomeadamente a UTCAH (Unidade Técnica de Coordenação das Ajudas Humanitárias) e para o MINARS (Ministério da Assistência e Reintegração Social).

Eventualmente, a pressão internacional e a tentativa de passar mais responsabilidades para as estruturas governamentais seria uma oportunidade para um mais efectivo envolvimento do governo nos sectores sociais. Contudo, a prática não funcionou como esperado. A diminuição da ajuda afectou sobretudo os projectos de desenvolvimento implementados pelas ONG nacionais e internacionais e as organizações comunitárias de base que indirectamente beneficiavam daquele apoio, sem provocar qualquer alteração substancial e significativa na atitude do governo, tal como pode ser observado pela análise dos orçamentos de Estado dos anos seguintes⁹⁰.

A nível interno, o partido no poder conseguiu um desfecho militar para o conflito em Fevereiro-Abril de 2002, com uma vitória inequívoca e humilhante para o adversário, passando finalmente a dominar o poder político e militar em todo o território nacional. A nível externo, recorrendo a novos e mais favoráveis empréstimos (especialmente da China – 4 biliões de dólares sem quaisquer condicionalismos de transparência, boa governação ou respeito por Direitos Humanos⁹¹) o governo acabou por desistir da conferência de doadores e o partido elaborou de forma unilateral

⁸⁹ Entrevista dada ao autor por Philippe Lazzarini (Chief Officer UN-OCHA – *United Nations Organization for the Coordination of Humanitarian Aid*) (Luanda: 1 Outubro, 2004); também no mesmo sentido entrevista dada ao autor por Manuela Gonzales (Representante Provincial – Huambo – da *OCHA-TCU, Organization for the Coordination of Humanitarian Aid - Transition Coordination Unit*) (Huambo: 20 Setembro, 2004); também entrevista dada ao autor por Luís Claudio (Representante Provincial – Malange) (Malange: 15 Setembro 2004); igualmente entrevista dada ao autor por João de Assunção Agostinho (*OCHA-TCU*) (Malange: 20 Setembro 2004).

⁹⁰ Orçamentos de Estado Angolanos: **2003** – educação, 6.24%; saúde, 5.82%; segurança social, 1.47%; habitação e serviços comunitários, 1.57%; **2004** - educação, 10.47%; saúde, 5.69% (dos quais 2.40% eram para serviços de gestão); segurança social, 4.30%; habitação e serviços comunitários, 3.07%; **2005** – educação, 7.14%; saúde, 4.97% (1.93% para gestão); segurança social, 6.47%; habitação e serviços comunitários, 4.13%; **2006** – educação, 3.82%; Saúde, 4.42%; Segurança e Assistência Social, 9.66%; Habitação e Serviços Comunitários, 6.51%; **2007** - educação, 6.63%; Saúde, 4.70%; Segurança e Assistência Social, 11.54%; Habitação e Serviços Comunitários, 7.72%; **2008** - educação, 7.9%; Saúde, 6.7%; Protecção Social 9.6%; Habitação e Serviços Comunitários, 5.1%. Angola encontra-se ainda muito abaixo da média dos países da SADC no que respeita a gastos com a educação que se situa nos 16.7%; Orçamentos de Estado de Angola disponíveis em [www.minfin.gv.ao/]. De acordo com o Banco Mundial, a composição da despesa pública em 2004 por função – despesas com saúde e educação em percentagem do PIB em Angola (menos de 2% para a saúde e menos de 5% para a educação) – estão entre as mais baixas no contexto africano, “tal composição da despesa pública está muito abaixo das necessidades do país em termos de reconstrução de infra-estruturas e fornecimento de serviços essenciais à população e parece reflectir as escolhas políticas ainda preocupadas com a prevalência de um orçamento de tempos de guerra”; in World Bank report n. 29036-AO, *Angola public expenditure, management and financial accountability*, February, 16, 2005, p.i, also pp. 5-6.

⁹¹ Ver o relatório da Independent Task-force apresentado ao Council on Foreign Relations, 2005, *More than humanitarianism: a strategic US approach toward Africa*, Council on Foreign Relations, New York, especialmente pp. 32-33, 49-50; ver também Aguilar, Renato, *Angola: getting off the hook...op. cit.*, especialmente pp. 2, 13-18. Actualmente, estima-se que as linhas de crédito da China se situem entre os 6 a 10 biliões de dólares, in artigo de Alec Russell, “Investors sign up to Angola's miracle” (Financial Times, August 22, 2007).

os seus próprios planos de desenvolvimento a serem concretizados até 2025, com forte investimento em infra-estruturas e transferência de tecnologia⁹², sem prestar a devida atenção aos problemas sociais mais imediatos, como a pobreza extrema que afecta a maioria da população, a ruptura dos sistemas de educação e saúde ou os fracos índices de desenvolvimento humano que caracterizam o país como um dos mais pobres do mundo (*cf. infra*)⁹³. Para além do mais, começou a tornar-se claro que os mecanismos de desvio de verbas públicas cristalizadas durante o período de guerra começaram a redireccionar-se para beneficiarem do processo de reconstrução do país⁹⁴.

Face aos constantes recordes do preço do crude, à crescente produção angolana⁹⁵, ao aumento da concorrência mundial para assegurar futuros abastecimentos de petróleo (com os novos parceiros asiáticos de Angola a ganharem terreno), o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, a União Europeia e as democracias Ocidentais em geral, foram gradualmente relaxando a pressão que mantinham sobre o governo angolano visando maior transparência e respeito por Direitos Humanos⁹⁶.

No que respeita à transferência de responsabilidades da UNTCU para a UTCAH, o resultado também não foi exactamente o desejável. O governo viu aqui não tanto a possibilidade para um mais efectivo envolvimento na coordenação das ajudas e projectos das ONG, mas sobretudo a tão esperada oportunidade para efectivamente apertar o controlo político sobre as suas actividades e financiamentos. É deste modo que deve ser entendido o novo programa de registo das ONG que começa em 2005 e tem sido progressivamente aplicado para integrar todas as ONG nacionais e internacionais. Os procedimentos de registo e as exigências de relatórios regulares sobre as actividades das ONG, especificando o tipo de acções, projectos, fundos, equipamentos, pessoal, impacto sócio-económico, etc. serão (conforme explicação do próprio director da UTCAH), a base de uma avaliação e parecer que a sua instituição vai emitir para o Ministério da Justiça acerca do nível dos projectos das ONG e da parceria estabelecida com o governo. Tendo por base esta apreciação da UTCAH, o Ministério da Justiça decidirá acerca da aprovação ou rejeição do registo de cada uma das ONG em causa⁹⁷.

⁹² Ver Vidal, Nuno, "The Angolan regime...op. cit., pp. 124-174.

⁹³ O país está classificado na posição 161ª do Índice de Desenvolvimento Humano do Relatório de Desenvolvimento Humano de 2006, *A água para lá da escassez: poder, pobreza e a crise mundial da água* (New York: PNUD, 2006).

⁹⁴ Ver *Time for transparency, coming clean on oil, mining and gas revenues*, a report from Global Witness, March 2004, p.35. É importante notar que de acordo com o FMI, entre 1997 e 2001, há \$8.45 biliões de fundos públicos cujo destino não é conhecido (representando uma média de 23% do PIB), *Ibid.*; É também importante frisar que Angola foi classificada *Transparency International* na posição 133 de 145 no que respeita aos países mais corruptos do mundo (sendo o 145º o mais corrupto), *in* [www.transparencyinternational.com].

⁹⁵ Angola produz actualmente 1.7 milhões de barris por dia, esperando-se que venha a ultrapassar a cifra de 2 milhões de barris/dia em 2009, ultrapassando nessa altura a Nigéria como maior produtor africano de petróleo; *in* *Jornal de Angola* (15 Fevereiro 2008); ver igualmente Hodges, Tony, "The Economic Foundations of the Patrimonial State" *in* Chabal, Patrick & Vidal, Nuno, *Angola, the weight of history* (London: Hurst, 2007), pp. 175-199.

⁹⁶ Ver *Angola Strategy: Prioritizing U.S.- Angola Relations*, a Report of an Independent Commission Sponsored by the Center for Preventive Action, New York: Council on Foreign Relations, 2007; também *More than humanitarianism...*op. cit., pp. 32-33, 49-50; também *Human Rights Watch World Report 2006 ...op. cit.*, pp.74-79; Aguilar, Renato, *Angola: getting off ...op. cit.*, pp. 2, 13-18; também Reed, John, "Angola o capitalismo dos petrodiamantes" *in* *Courrier Internacional* (25 Novembro, 2005), n.34, pp. 22-23.

⁹⁷ Explicação fornecida pelo Director da UTCAH no encontro de Trabalho da *UTCAH com ONG nacionais e internacionais* (Luanda: Auditório da Universidade Católica de Angola, 29 de Novembro de 2005); agenda de trabalho: "(...) 3 – Apresentação das actividades das ONG nacionais e internacionais no primeiro semestre de 2005; 4 –

No novo contexto internacional estratégico (energético), Angola ganhou uma força significativa de pressão sobre o exterior, ao contrário do que vinha sendo habitual durante os anos 80 e 90⁹⁸. Este poder será não só sobre governos e empresas com interesses em Angola, mas igualmente, ainda que de forma mais indirecta, sobre Organizações Internacionais Governamentais e comunidade doadora em geral, cujos membros mais influentes têm fortes interesses económicos em Angola. Consequentemente, a pressão é igualmente exercida sobre as ONG internacionais que actuam em Angola e as suas parceiras nacionais, na medida em que o financiamento da esmagadora maioria delas vem das mesmas fontes internacionais.

Um sinal deste facto é a postura moderada (essencialmente técnica e diplomaticamente correcta) repentinamente assumida por várias organizações internacionais instaladas em Angola, face aos graves atropelos dos DH em comunidades peri-urbanas⁹⁹, o não registo de algumas OSC¹⁰⁰ e a forma inquinada como foi conduzido o processo eleitoral (e.g. a desequilibrada composição da comissão nacional eleitoral, as responsabilidades dadas às comissões executivas eleitorais que ultrapassam o espírito da Lei, a não observação internacional no processo de recenseamento, a marcação de eleições para dois dias quando a Lei determina apenas um, a impossibilidade de votar para os angolanos na diáspora ou a tentativa de alteração da lei eleitoral que pretende alargar para quinze dias o prazo de divulgação dos resultados das eleições, entre outros problemas)¹⁰¹. Muitos dos chamados activistas internacionais do desenvolvimento, DH e sociedade civil, perceberam os limites politicamente aceitáveis da sua actuação, escudando-se em posturas mais técnicas e reservando as suas críticas mais agressivas para meandros informais. Organizações que antes acusavam publicamente o governo de negligência criminal pelo desprezo a que votava as populações refrearam fortemente as suas posições¹⁰².

3 – A Estratégia de “Constructive Engagement” e Unidade da Sociedade Civil

3.1 - “Constructive Engagement” ou Engajamento Construtivo

Directório de ONG, boletim informativo a ser criado, pesquisa sobre casos de estudo, *draft* dos relatórios específicos a serem apresentados pelas ONG ao longo do ano; 5. legalização das ONG (...); acesso a fundos públicos”.

⁹⁸ Ver artigo de Jad Mouawad “Nowadays, Angola Is Oil's Topic A” (The New York Times, March 20, 2007); também *More than humanitarianism:...* op. cit..., especialmente pp. 32-33, 49-50; Aguilar, Renato, *Angola: getting off ...* op. cit... especialmente pp. 13-18; Miranda, Arlindo, *Angola 2003/2004, Waiting for Elections*, a report for the Christian Michelsen Institute, 2004; Chabal, Patrick, ‘Prefácio’ in Vidal, Nuno & Pinto de Andrade, Justino, *O processo de transição para o multipartidarismo em Angola* (Luanda e Lisboa: Firmamento, 2006), pp. xxvii – xxxviii.

⁹⁹ Ver relatório da Human Rights Watch e SOS Habitat, ‘Angola, “eles partiram as casas”. Desocupações forçadas e insegurança da posse da terra para os pobres da cidade de Luanda’, Vol. 19, nº7 (A) (New York: HRW & SOS Habitat, Maio 2007), disponível em [<http://hrw.org/reports/2007/angola0507/>]; ver também, relatório da Amnistia Internacional, “Angola, Lives in Ruins: Forced Evictions Continue” (New York: AI, January 2007), disponível em [<http://web.amnesty.org/library/Index/ENGAFR120012007>].

¹⁰⁰ Casos da Associação Justiça Paz e Democracia (AJPD) e Fundação Open Society Angola.

¹⁰¹ Ver Vidal, Nuno, *Plano Estratégico 2008-2010, Programa de Direitos Humanos, Construção da Democracia, Género e VIH/SIDA* (Luanda: Fundação Open Society - Angola, Agosto 2007); também Vidal, Nuno, “O campo de minas da democracia angolana”, in Minnie, Jeanette (coord.), *Do lado de fora das urnas: pré-condições para eleições na África Austral 2005/2006* (Windhoek: HiVOS, NiZA-Netherlands Institute for Southern Africa & MISA-Media Institute of Southern Africa, June 2007), pp. 49-72; também artigo de Ana Dias Loureiro em *Público* (29 Abril, 2008).

¹⁰² *Voz da América News Online* (11 Junho, 2002); *The Guardian* (7 Fevereiro, 2003).

Aquela reforçada capacidade de pressão do governo angolano sobre países e organizações Ocidentais, vai-se cruzar com a emergência de uma nova vaga do pensamento desenvolvimentista internacional que, ao contrário dos anos 80 e 90, passou a considerar a necessidade premente de reforçar as instituições do Estado, defendendo projectos e parcerias com as estruturas governamentais e a canalização de fundos através dessas estruturas para as capacitar. No léxico desenvolvimentista, tratar-se-ão das chamadas parcerias alargadas com o Estado (englobando a sociedade civil, as organizações internacionais, e desejavelmente as empresas), no sentido de uma grande aliança operativa no esforço pelo desenvolvimento, “reconstrução nacional” ou “consolidação da paz em países pós-conflito”.

Em Angola, este cruzamento resultou na teorização e na prática do chamado “*constructive engagement*” ou engajamento construtivo, defendido primeiramente por algumas ONG internacionais e que vai basicamente derivar numa postura cooperante e politicamente mais branda para com o governo.

A dependência da maioria das ONG nacionais em relação ao apoio e financiamento das suas congéneres internacionais, assim como às suas agendas, pressiona-as igualmente no sentido da nova tendência do engajamento construtivo.

Será neste contexto que algumas ONG internacionais vão chamar a si o papel de promotores desta nova perspectiva e de intermediários nas novas relações a estabelecer entre o governo e as ONG nacionais. Este papel vai-se materializar em algumas iniciativas, como sejam o Programa de Reforço de Capacidades da Sociedade Civil – PRCSC (ou *Civil Society Strenghtening Programme - CSSP*), liderado pela *World Learning* e pela *Development Workshop - DW* (ambas internacionais, sendo que a DW foi a primeira ONG a existir em Angola e a única a estabelecer-se ainda durante o período Socialista – 1985).

O PRCSC pretenderá (**tal como defendido pela UTCAH**) mapear e cadastrar todas as ONG nacionais com vista a

(...) *reforçar a Capacidade Organizacional e Técnica das ONG Angolanas, por forma a que se tornem **um parceiro legítimo e privilegiado do Governo**, para a prestação de serviços de utilidade pública às comunidades urbanas, peri-urbanas e rurais.* (meu negrito)¹⁰³.

O inquérito de base ao referido mapeamento consiste no apuramento exaustivo de todas as características das ONG, com especial incidência para o tipo de relação que têm e que pretendem vir a ter com o governo central e local¹⁰⁴.

Apresentado nestes termos, o PRCSC vai desde logo provocar reacções negativas em alguns activistas da sociedade civil,¹⁰⁵ que não entendem de onde vem a legitimidade desta espécie de instituição de “pré-acreditação” das ONG, tratando-se de uma estrutura constituída por algumas

¹⁰³ In Carta de solicitação de entrevista da *Development Workshop* dirigida a todas as ONG nacionais, datada de 2 de Março de 2007.

¹⁰⁴ In *Inquérito para Entrevistas de Mapeamento das Organizações da Sociedade Civil Angolana*, dirigida a todas as ONG nacionais, datada de 2 de Março de 2007.

¹⁰⁵ Neste sentido estarão activistas como Fernando Macedo ou Luís Araújo (expressando estes pontos de vista em conversas com o autor); ver também o texto de Fernando Macedo neste livro.

ONG (liderada por duas internacionais) que sem qualquer eleição se arrogam o direito de avaliar os seus pares nacionais. Para além do mais, aquela intenção de “pré-certificar” as ONG como “paceiros legítimos e privilegiados do governo” não só se apresenta eivada de uma aparência de colaboracionismo com as antigas intenções de controlo por parte da estrutura governamental, como também encerra uma medida de coação implícita, sendo que todos aqueles que não se encaixarem nos critérios (subjectivos e políticos) de avaliação, passam provavelmente a ser ilegítimos e conseqüentemente a ter um forte *handicap* na relação com as estruturas governamentais e estruturas de financiamento internacionais.

O plano de “reforço da sociedade civil” prosseguirá com outros projectos, como seja a criação do “Centro de Reforço das Capacidades das OSC”, que, mais uma vez englobando a *Development Workshop e a World Learning*, juntou algumas ONG nacionais, tendo como objectivo imediato o financiamento de projectos da sociedade civil com fundos provenientes das empresas petrolíferas a operarem em Angola, tratando-se de uma iniciativa lançada na génese pela União Europeia, Governo Angolano e USAID. Dada a lógica de funcionamento do sistema político-económico, obviamente que quando algumas ONG nacionais começaram a realçar a necessidade premente de focar questões de advocacia dos Direitos Humanos nos projectos a financiar, as petrolíferas levantaram muitos obstáculos, pedindo que compreendessem a própria envolvente político-negocial das empresas neste sector¹⁰⁶.

Entendida nos termos expostos, a estratégia de “*constructive engagement*” vai-se revelar na prática como sendo de criticismo público limitado aos parâmetros do politicamente aceitável (parâmetros não oficiais, imprecisos, mas que em caso de dúvida cada organização e cada activista aplica o seu próprio mecanismo de auto-censura).

Unidade da Sociedade Civil

Partindo da constatação de que as OSC em Angola têm um défice de capacidade de actuação em rede (de forma sustentável, contínua, de médio e longo prazo, em questões interligadas), quer a nível nacional, quer com as suas congéneres a nível regional e internacional¹⁰⁷, parte da nova estratégia de reforço das OSC vai defender a necessidade de união da sociedade civil. O argumento simplificador, apoiado pelas ONG internacionais (que de certa forma conduzem o processo), defenderá que a sociedade civil é fraca porque está dividida.

Este argumento, por um lado, ignora a responsabilidade dos parceiros externos nesta debilidade¹⁰⁸ e, por outro, favorece uma perspectiva unificadora das OSC que, igualmente de forma simplista, defende o reforço de estruturas representativas que permitam as OSC falar a uma só voz nas suas relações de “*constructive engagement*” com as estruturas do Estado. Sem especificar que a união entre OSC deve ser estabelecida com base em princípios comungados por todos os membros (e.g. defesa intransigente dos Direitos Humanos) e que não se deve sobrepor ou substituir às OSC individualmente consideradas, nem tomar decisões fora do âmbito da defesa

¹⁰⁶ Ver a este respeito o texto de Carlos Figueiredo neste volume.

¹⁰⁷ Sobre este deficit ver Vidal, Nuno, “Social Neglect...op. cit., pp. 200-235.

¹⁰⁸ Não leva em conta que o envolvimento projecto-a-projecto e de curto prazo de doadores e ONG internacionais, a imposição das suas agendas que se vão alterando ao sabor das modas desenvolvimentistas internacionais e as suas relações preferenciais com alguns parceiros internos, fragmentou mais do que uniu as OSC angolanas; Vidal, Nuno, “Social Neglect and ...op. cit.

dos seus princípios estatutários de base, a união rapidamente se poderá transformar em homogeneização, uniformização e subordinação de vozes mais críticas.

É neste sentido, que algumas organizações e activistas contestam o argumento da união da sociedade civil aliado à estratégia de “constructive engagement”. Dado que as estruturas governamentais consideram que as OSC se devem abster de um envolvimento em questões políticas, aquela estratégia traduzir-se-á, a médio prazo, numa dupla característica: uma postura cada vez mais técnica, assistencialista e apolítica por parte de todos os “legítimos parceiros do governo”; uma homogeneização de discursos e posturas que favorece a subjugação das OSC independentes através da diluição das suas posições individuais em estruturas colectivas, federativas e representativas, alargadas, e mais facilmente cooptáveis e manipuláveis pelo poder político. Na prática, tal engajamento construtivo e formas de representatividade acabariam por favorecer os princípios fundadores do sistema político patrimonial e clientelista, minimizando a exposição dos efeitos perversos desse sistema no que respeita às desigualdades, à pobreza e à injustiça, ajudando à sua humanização e perpetuação, sem qualquer alteração estrutural das verdadeiras causas dos graves problemas sociais¹⁰⁹.

Naturalmente que sob a perspectiva do governo, o “constructive engagement” e a unificação nos termos referidos são muito bem-vindos, tratando-se de uma forma mais eficiente, eficaz e sofisticada, de amenizar os críticos, contanto para isso com a própria iniciativa e colaboração (consciente ou inconsciente) dos que a promovem (ONG nacionais e internacionais). É sobretudo uma estratégia mais refinada, sofisticada e barata, quando comparada com a das “OSC paralelas”, começada a implantar nos anos 90 e que hoje se encontra perfeitamente exposta e óbvia quanto aos seus propósitos.

Neste contexto, começam então a emergir duas posições contrárias no seio das OSC (aqui essencialmente ONG), entre aqueles que defendem uma postura que se poderá denominar de “reformista” (acreditando que se podem reformar as instituições a partir de dentro, colaborando com as estruturas governamentais em vários projectos, ainda que isso possa significar algumas cedências em termos de postura crítica pública) e aqueles que consideram que o engajamento com estruturas governamentais deve ser muito selectivo, cauteloso e baseado em princípios de respeito pelos Direitos Humanos que nunca podem ser sacrificados e tendo sempre salvaguardado direito de opinião e expressão política das OSC¹¹⁰. A caracterização das duas perspectivas contrárias vai aparecer em relatórios internacionais que, em termos excessivos e simplistas, separam as OSC “demasiado radicais” das “verdadeiras e sensatas”¹¹¹, uma caracterização maniqueísta que denigre os argumentos contrários ao “constructive engagement”/união da sociedade civil e acaba por exacerbar as divisões existentes.

¹⁰⁹ No que respeita às críticas ao engajamento construtivo e à representatividade homogeneizadora e apolítica da sociedade civil, ver o texto de Fernando Macedo neste livro (especialmente o cap. VI); ver também neste livro o texto de Sérgio Calundungo criticando a perspectiva de uma sociedade civil politicamente asséptica e o texto de Fernando Pacheco criticando a representatividade homogeneizadora (cap. IV).

¹¹⁰ Ver neste sentido entrevista de Luís Araújo em Vidal, Nuno, “O campo de minas...op. cit. pp. 63-64. A discussão entre aquelas duas posições e os seus argumentos são também perceptíveis nos textos do capítulo II deste livro.

¹¹¹ Ver Amundsen, Inge & Abreu, Cesaltina, *Civil Society in Angola: Inroads, Space and Accountability*, a Christian Michelsen Institute Report (Bergen-Norway: CMI, 2006), nota de rodapé 27, p.18.

A “1ª Conferência Nacional da Sociedade Civil” angolana, realizada de 6 a 8 de Novembro de 2007, vai em parte espelhar estas diferentes posições no seio das OSC. A conferência, que contou com a colaboração e apoio das ONG internacionais *Development Workshop*, *World Learning* e *CARE* (entre outros), vai desde logo assumir o lema de “Construir Unidade na Diversidade”, tendo como objectivos “melhorar o inter-conhecimento, e assim a capacidade de coordenação dos esforços da sociedade civil para promover o desenvolvimento nacional”¹¹². Das recomendações saídas da conferência parece ter prevalecido a posição da perspectiva reformista, sendo que a primeira recomendação frisa a necessidade de “representação” de dimensão nacional da sociedade civil por via do reforço do FONGA (Fórum das ONG Angolanas), uma estrutura que sempre foi um espaço de articulação e concertação de posições das ONG nacionais que a ele aderiram, mas nunca de representação da totalidade das ONG angolanas:

*Repensar o papel do FONGA (Fórum das ONG Angolanas) como mecanismo de coordenação das ONG nacionais, com especial atenção para a representatividade nacional. Isto está relacionado com as relações com as outras plataformas e com as formas organizativas da sociedade civil nas províncias, municípios e aldeias*¹¹³.

Outra das recomendações, em que se pode notar a prevalência da posição reformista, refere que para além da necessidade de unificar, é igualmente necessário colaborar com o governo e representar a sociedade civil perante este, num engajamento construtivo, ainda que autónomo:

*É necessário garantir uma representação, com qualidade, da sociedade civil nos conselhos que se vão formando aos vários níveis. Um engajamento construtivo mas autónomo com o governo é fundamental para este aproveitamento dos espaços de diálogo e negociação*¹¹⁴.

Na verdade, a posição mais contestatária ao “reformismo” é minoritária, tanto a nível das ONG nacionais como internacionais. Contudo, ao contrário do que seria de esperar, a prevalência da postura reformista não tem conseguido apaziguar os constrangimentos impostos à sociedade civil pelo poder político, antes pelo contrário, quanto mais cedências e cooperação suave da parte das OSC, mais violentas têm sido as investidas do governo. Tal facto pode ser constatado na ilegalização da organização *MPalabanda* em Cabinda, na ameaça velada de ilegalização das ONG nacionais e internacionais que mais incómodos políticos têm causado – *Open-Society Angola*, *Mãos Livres*, *AJPD* e *SOS Habitat*¹¹⁵ –, nos constrangimentos à actividade dos *media* (incluindo a prisão de jornalistas¹¹⁶), ou ainda no recente encerramento do escritório de Direitos Humanos das Nações Unidas em Angola (*HROA - Human Rights Office Angola*).

¹¹² In *Conclusões da Conferência Nacional da Sociedade Civil*, p.1

¹¹³ In *Conclusões da Conferência Nacional da Sociedade Civil*, ponto 3, alínea a), i, p.2.

¹¹⁴ In *Conclusões da Conferência Nacional da Sociedade Civil*, ponto 3, alínea g), p.3.

¹¹⁵ Em declarações à RNA, no noticiário das 13:00 horas de terça-feira, 10 de Julho de 2007, e retomadas pelo Jornal de Angola na sua edição n.10812, pag.3, de quarta-feira, 11 de Julho de 2007, o Director Geral da UTCAH acusou a *Open Society*, a *AJPD*, a *Mãos Livres* e a *SOS Habitat* de exercerem actividades a margem da lei, incitando a população à desordem e desobediência ao governo e suas instituições e de desenvolver actividades reservadas a Partidos Políticos, num claro prelúdio a um processo de ilegalização que eventualmente poderá vir a seguir; Ver igualmente artigo de Mário Paiva no semanário *A Capital* (Luanda: 14 de Julho de 2007); ainda artigo de Reginaldo Silva no *Angolense* (Luanda: 14 de Julho de 2007).

¹¹⁶ Tal foi o caso de Graça Campos, jornalista e editor-chefe do jornal *Semanário Angolense* ou o de José Lelo, correspondente da *Voz da América* em Cabinda, preso em Novembro de 2007 sob acusação de “instigação à rebelião” e crime contra a segurança do Estado; ver também sub-capítulo 4.1 dedicado aos DH de 1ª geração neste texto.

O encerramento do HROA é, aliás, um exemplo paradigmático do fracasso de uma postura de “engajamento construtivo”, que nos últimos anos era assumida pelo escritório, derivada da precariedade da sua situação legal em Angola. O projecto de um sector da ONU em Angola dedicado aos DH começou em 1995, com o Representante do Secretário-Geral, Alioune Blondin Beye, e vai dedicar-se à monitorização, recolhendo informação que será depois transmitida à Amnistia Internacional (1996-97). Esta transmissão de informação desagradou profundamente ao governo e a partir de então o escritório limitou-se à promoção dos Direitos Humanos (DH), deixando de lado a monitorização e divulgação de informação, passando igualmente a prestar assistência técnica a partir de 1999. Após os acordos do Luena (Março de 2002) e no seguimento da política de manter à distância o envolvimento externo e limitar o espaço de manobra para as OSC (*cf. infra*), o governo vai deixar expirar o último mandato das NU em Fevereiro de 2003 sem o renovar. O actual escritório de DH das NU nasce a 3 de Maio de 2003, sem mandato, apenas com um acordo verbal feito entre o Presidente Eduardo dos Santos e Sérgio Vieira de Melo, aquando da visita deste a Angola, e para vigorar até final de 2007. O acordo englobava apenas assistência técnica e promoção, excluindo a protecção, monitorização, avaliação ou relatórios¹¹⁷.

Desde 2005 que, sem sucesso, o escritório se esforçava por conseguir um mandato claro que lhe permitisse desenvolver o seu trabalho de forma estável e livre dos constrangimentos implicitamente impostos (com a ameaça velada mas sempre presente de encerramento compulsivo). Com as eleições marcadas para 2008, o consequente aumento da tensão política e a vontade de contrair o espaço cívico levará o governo a decidir-se efectivamente pelo encerramento do HROA, anunciado em Abril de 2008¹¹⁸. Nem o facto de o governo angolano ter passado a integrar o Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas em Maio de 2007 serviu de impedimento ao encerramento do escritório.

4 – Sociedade Civil e Direitos Humanos

Aquando dos primeiros sinais de abertura do regime, nos finais dos anos oitenta, surgiram os primeiros focos de contestação pública contra o autoritarismo, a repressão e falta de liberdades civis e políticas, vindas da área cívico-política. A Associação Cívica Angolana (ACA) liderada por Joaquim Pinto de Andrade foi pioneira nesta matéria e a primeira associação autorizada a funcionar, tendo vários dos seus membros, posteriormente, enveredado por percursos político-partidários à medida que os partidos foram surgindo num quadro de multipartidarismo. Ao longo da década de noventa os constrangimentos e obstáculos aos partidos políticos e OSC foram vários, assim como ao exercício efectivo dos DH, seja os chamados de primeira geração (civis e políticos), de segunda geração (económicos, sociais e culturais) ou os de terceira geração (transparência e boa-governança como facilitadores do desenvolvimento e combate à pobreza)¹¹⁹.

4.1 - Direitos Humanos de 1ª geração: civis e políticos

¹¹⁷ Entrevista concedida ao autor por Michael Offerman do Escritório das Nações Unidas para os Direitos Humanos em Angola (Luanda: 3 de Junho de 2007)

¹¹⁸ Ver artigo de Ana Dias Loureiro em *Público* (29 Abril, 2008).

¹¹⁹ US Department of State, *2007 Country Reports on Human Rights Practices, Angola*, Released by the Bureau of Democracy, Human Rights, and Labor March 11, 2008, disponível em, [<http://www.state.gov/g/drl/rls/hrrpt/2007/100465.htm>].

A luta travada por vários partidos da oposição e OSC pela abertura do espaço civil e político foi crescendo em intensidade e com várias cedências por parte do partido no poder, que se via de certa forma pressionado interna e externamente (pela comunidade internacional) a fazer aberturas políticas efectivas e não somente legais, especialmente durante o período de implementação do protocolo de Lusaka 1994-98 (com acesos debates parlamentares transmitidos em directo pela rádio e televisão e com o surgimento de vários novos jornais privados)¹²⁰. Com o retorno à guerra houve alguma contracção do espaço de abertura civil e política e o início da intensificação do fenómeno de cooptação de elementos da oposição por parte do partido no poder, que igualmente incrementou uma estratégia de fomento do divisionismo no seio de vários partidos da oposição – o chamado fenómeno das *Renovadas*¹²¹.

A derrota militar da UNITA no início de 2002 trouxe uma incomensurável vitória política ao MPLA, não só na dimensão interna, mas também externa. Internamente, não só a UNITA saiu militar e politicamente derrotada e humilhada, mas igualmente a restante oposição perdeu grande parte do espaço de manobra de que havia beneficiado com a existência da UNITA e das pressões da comunidade internacional para a abertura e o diálogo. No congresso do MPLA de 1998 consagrou-se a posição daqueles que há vários anos vinham responsabilizando a influência e ingerência da comunidade internacional pelo prolongamento do conflito e crescente fragilidade governativa. Era uma fragilidade que se manifestava em sucessivas cedências desde a assinatura do acordo de paz de Bicesse (1991), que permitiram a entrada da UNITA nas cidades, a desestruturação das forças armadas e de segurança do Estado, enquanto a UNITA se rearmava massivamente durante a campanha eleitoral, quando devia supostamente desarmar sob supervisão da ONU.

É neste contexto que se explica a atitude do governo no sentido de ignorar as várias tentativas e pressões da comunidade internacional e de movimentos sociais angolanos (como por exemplo o *Movimento Pro Pace*¹²²) para um acordo de paz negociado, não se fazendo nenhuma concessão à pressão interna ou externa. A opção militar foi levada até ao fim e o cessar-fogo e o Memorando de Luena (Abril de 2002) foram assinados sem qualquer participação externa ou interna para além do vitorioso MPLA e da derrotada UNITA – uma relação desequilibrada de forças que passou de então para cá a caracterizar o sistema político angolano.

A política de fomento do divisionismo interno dos partidos da oposição prosseguiu ¹²³ em paralelo às tentativas de cooptação por via da integração no sistema central de distribuição de benefícios e privilégios no interior do aparelho de Estado, enfraquecendo de sobremaneira a generalidade da oposição que actualmente, e de forma geral, caiu na irrelevância política, chegando ao ponto de rejeitar por unanimidade (UNITA incluída) a proposta de lei do PRS que impunha mecanismos de

¹²⁰ *Folha 8, Actual Fax, Agora, Comércio & Actualidade, O Independente e o Angolense*, que se vieram juntar ao *Imparcial Fax*, existente desde 1991

¹²¹ Ver Vidal, Nuno, "The Angolan regime ... op. cit. pp. 124-174.

¹²² No fim da década de 90, uma multiplicidade de projectos e iniciativas para a paz surgiram no seio das igrejas e Organizações da Sociedade Civil: o movimento Pro Pace; o Grupo Angolano para a Reflexão sobre a Paz (GARP); o Programa de Construção da Paz (PCP); e alguns outros. Para uma análise detalhada destas iniciativas, vide Comerford, M. 2005, *O Rosto Pacífico de Angola*, Edição do Autor, Luanda, especialmente o fim do capítulo 2 e o capítulo 4.

¹²³ Partidos com assento parlamentar afectados por acções de divisionismo interno: UNITA, FNLA, PRS, PSDA, PAJOCA.

controlo e punição de crimes cometidos por detentores de cargos públicos (entre eles o Presidente, Ministros, Parlamentares e administradores de empresas públicas)¹²⁴. Isto quando o país era classificado internacionalmente na posição 12 da lista dos mais corruptos¹²⁵ e num período em que a oposição devia estar particularmente acutilante com a preparação das eleições legislativas de 2008.

Com uma oposição fraca, o controlo sobre o poder legislativo, executivo e judicial, a par dos *media*, ficou bastante mais fácil.

A nível legislativo, a inocuidade da oposição faz com que na prática a assembleia nacional continue a ser uma “câmara de eco” para leis efectivamente aprovadas pelo Conselho de Ministros chefiado pelo Presidente¹²⁶.

A nível executivo, a existência desde 1997 de um Governo de Unidade e Reconciliação Nacional – GURN (integrando membros de vários partidos com assento parlamentar) nada significa em termos de pluralidade de opiniões ou autonomia governativa, mas antes em termos de co-optação e monolitismo. Muitos dos líderes da oposição que integram o GURN acusam o partido maioritário de desprover de poder efectivo todos os cargos ocupados pelos seus representantes, mas ainda assim são incapazes de abandonar as suas posições¹²⁷.

A nível judicial, para além da crónica falta de meios humanos e materiais, mantém-se a dependência política em relação ao Presidente e ao partido maioritário, com usuais interferências no desfecho de vários casos¹²⁸, mantendo-se igualmente um sistema judicial duplo e confuso – civil e militar¹²⁹, especialmente temido em questões politicamente sensíveis. Casos como a prisão do líder da associação cívica *MPalabanda* em Cabinda (Outubro-Novembro 2006) e a posterior ilegalização da associação, ou a prisão de 27 membros do PADEPA, julgados pelo tribunal do município das Ingombotas por tentativa de participação numa manifestação contra a corrupção (Novembro de 2006) junto à embaixada francesa a propósito do chamado caso “Angolagate”, ou ainda o não registo das ONGs defensoras de DH e advocacia como a AJPD e a Open Society-Angola, constituem claros sinais do domínio político do poder judicial.

¹²⁴ Ver referência a este caso em *Open Society Foundation – Angola, 2006 Annual Report*, p.1.; a respeito da inocuidade da oposição ver também *Relatório Oil and Governance Report, a case study of Chad, Angola, Gabon and São Tomé e Príncipe*, by Karin Alexander & Stefan Gilbert, Institute for Democracy in South Africa, 2008, p. 22.

¹²⁵ *Transparency International*, in [www.transparencyinternational.com].

¹²⁶ Sobre este tema, ver o relatório da Human Rights Watch, Janeiro de 2004, *Some transparency, no accountability, the use of oil revenue in Angola and its impact on Human rights*, vol. 16, no. 1, especialmente pp. 76-77; também Miranda, Arlindo, *Angola 2003/2004, waiting ...op. cit.*, especialmente pp. 25-26.

¹²⁷ Sem grande sucesso, o líder da UNITA, Isaiás Samakuva, tem tentado substituir alguns dos seus representantes no governo e na assembleia, que ocupam estas posições desde a época da UNITA-*Renovada*, patrocinada pelo MPLA; ver Vidal, Nuno, “The Angolan regime ...op. cit. pp. 124-174.

¹²⁸ Um dos mais significativos exemplos foi a decisão do Supremo Tribunal (22 de Julho, 2005) de não considerar a administração presidencial de Dos Santos desde 1992 como mandatos presidenciais, para assim contornar o disposto constitucional que limita os mandatos presidenciais a três termos de cinco anos cada. Se levada em conta, a sua administração desde as primeiras eleições presidenciais em 1992 constituiria três mandatos presidenciais de cinco anos (1992-2007) o que o impediria de concorrer novamente.

¹²⁹ Ver Marques, L.P.M., 2004 *Labirinto do sistema judicial angolano, notas para a sua compreensão*, Edição do Autor, Luanda, especialmente a parte II.

Nas palavras do Conselho de Coordenação dos Direitos Humanos de Angola¹³⁰,

*O acesso à justiça está reservado para uma minoria que detém o poder político e económico, encontra-se fortemente controlado pelo poder político e a maioria da população tem pouca confiança no aparelho judicial e de manutenção da ordem pública*¹³¹.

A nível dos *media*, os constrangimentos do controlo político têm-se vindo a acentuar nos estatais e nos privados. Os estatais têm as suas linhas editoriais claramente manipuladas pelo governo e partido maioritário, enquanto os privados sofrem de coacções várias, que vão de ameaças explícitas¹³² às pressões para a auto-censura, passando pela prisão¹³³ e cooptação de jornalistas (sendo os melhores convidados para integrarem os *media* do Estado a troco de salários mais altos que os do privado)¹³⁴. Todos os directores nacionais dos *media* públicos foram substituídos pelo Ministro da Comunicação Social, de forma a apertar o controlo à medida que o processo eleitoral começa a ganhar corpo¹³⁵. Apesar de uma nova lei de imprensa, permanecem os bloqueios que impedem a expansão da Rádio Ecclésia para fora de Luanda¹³⁶.

4.2 - Direitos Humanos de 2ª geração: económicos, sociais e culturais

Os crescentes rendimentos do petróleo e dos diamantes têm elevado o rendimento *per capita*, que agora se situa nos 1400\$US, estando o país internacionalmente referenciado como detentor de uma das mais altas taxas de crescimento económico a nível mundial nestes dois últimos anos,

¹³⁰ O Conselho de Coordenação dos Direitos Humanos – CCDH, foi criado em Dezembro de 2005 “sob os auspícios do escritório de DH das NU em Angola”, é uma rede de concertação de interesses das ONG que se dedicam à defesa e promoção dos DH, com vista a uma intervenção mais ampla neste domínio. São parte integrante todas as OSC que desejarem aderir, sendo até agora ainda muito limitado o número de membros, tendo em conta o Universo geral que trabalha com DH; ver *Prospecto de Apresentação do Conselho de Coordenação dos Direitos Humanos*, Luanda, 2006; também, *Plano Estratégico 2006-2009 do Conselho de Coordenação dos Direitos Humanos*, Luanda, Março 2006, introdução.

¹³¹ Ver *Relatório Narrativo das Actividades Realizadas Durante o Ano de 2006, Conselho de Coordenação dos Direitos Humanos*, Luanda, Angola, Janeiro de 2007, p.2; a respeito do sistema judicial e prisional ver United Nations Press Release, “Working Group on Arbitrary Detention Visited Angola”, statement by Chairperson-Rapporteur of the Working Group on Arbitrary Detention of the United Nations Human Rights Council, Leila Zerrougui, on 27 September 2007 at the conclusion of a visit to Angola.

¹³² Ver nota do Instituto para a Comunicação Social na Africa Austral (*Media Institute for Southern Africa - MISA*), 23 de Fevereiro, 2005, “Director of Government News Agency threatens to shoot journalist”; Ver *Angonoticias*, 24 de Julho, 2006, “Hipótese de indiciar Ecclésia de espionagem contra a segurança do Estado”, [http://www.angonoticias.com/full_headlines.php?id=10838]; ou ainda as Declarações de Cornélio Bento à Voz da América; in *Voz da América-Visão Angola* (16 Agosto, 2006), disponível em: [<http://www.voanews.com/portuguese/>].

¹³³ O mais recente caso é o de José Lelo, correspondente da *Voz da América* em Cabinda, preso em Novembro de 2007 sob acusação de “instigação à rebelião e crime contra a segurança do Estado”; um caso anterior diz respeito ao director do *Semanário Angolense*, Graça Campos, preso em 3 de Outubro de 2007 e condenado pelo Tribunal Provincial de Luanda a 8 meses de prisão efectiva e ao pagamento de 250 mil dólares, por crime de difamação e calúnia contra o antigo ministro da Justiça, Paulo Tchillica. Graça Campos foi posteriormente libertado (passados 30 dias) e aguarda em liberdade a decisão definitiva do recurso apresentado ao Tribunal Supremo.

¹³⁴ Ver *Relatório Oil and Governance Report, a case study of Chad, Angola, Gabon and São Tomé e Príncipe*, by Karin Alexander & Stefan Gilbert, Institute for Democracy in South Africa, 2008, p. 28.

¹³⁵ Ver a este respeito *Open Society Angola, 2007, Staff Retreat Minutes*, p.3.

¹³⁶ Ver relatório da Human Rights Watch, *Proteção Limitada Liberdade de Expressão e Informação sob a Nova Lei de Imprensa Angolana*, HRW, Novembro 2006, p.10; também relatório da Human Rights Watch de 2004, *Unfinished democracy, media and political freedoms in Angola*, HRW, Washington; também *Human Rights Watch World Report 2006*, HRW, Washington, p. 76;

entre 16 a 20% ao ano¹³⁷. Contudo, estes números são claramente ilusórios quanto ao crescimento efectivo do PIB e ainda mais no que concerne ao desenvolvimento humano.

Para além do sector mineral (petróleo e diamantes), a produção interna pouco tem crescido, estando o país fortemente dependente das importações de bens de primeira necessidade e serviços¹³⁸. O impacto do aumento acentuado das receitas petrolíferas pouco se tem feito sentir na vida da maioria da população, que vive abaixo do limiar da pobreza. Existem fortes desigualdades na distribuição da riqueza, facto que em nada ajuda a incutir um sentimento de justiça social ou de possibilidade de ascensão social pelo esforço e pelo mérito, prevalecendo uma cultura individualista do “esquema” e do descrédito pelo bem público, pelas instituições do Estado e pela lei, que funciona apenas para alguns e ao serviço de alguns (*cf. supra*).

Ao contrário do que eventualmente se poderia esperar, o movimento migratório para as cidades, que se foi progressivamente acentuando nos anos 90, não estancou com o fim da guerra, antes acelerou, dado que as políticas de investimento continuam, de forma desequilibrada, a centrar-se na cidade capital e em algumas cidades capitais de província (regra geral em cidades mais próximas do litoral)¹³⁹. Estima-se que a cidade de Luanda tenha actualmente cerca de 6 milhões de habitantes (numa população total que rondará os 13 a 15 milhões)¹⁴⁰, situação que agrava de sobremaneira e a todos os níveis as condições de vida na cidade capital, com gravíssimos problemas de urbanismo, saneamento básico, tratamento de lixo, fornecimento de água e electricidade, transporte, crescentes índices de criminalidade, difícil acesso ao mercado formal de emprego, deficientes e insuficientes serviços de educação e saúde, propagação de doenças endémicas que levam a altas taxas de mortalidade. Ainda assim, no que respeita ao acesso a serviços públicos e sociais, as condições de vida nas províncias são em geral piores do que na cidade capital.

Desde o fim da guerra que se impunham políticas de desenvolvimento regional e local como forma de atenuar as profundas assimetrias entre regiões, com particular atenção para as províncias mais afastadas do litoral. Num círculo vicioso, o afluxo de gente à capital e as necessidades imediatas que daí advêm levam a concentrar os principais investimentos sociais em Luanda em detrimento das províncias, facto que por sua vez reforça as assimetrias regionais e o movimento migratório para a capital em busca de melhores condições de vida. A excessiva concentração do poder político e a centralização administrativa agravam ainda mais este cenário de assimetrias regionais profundas e representam um obstáculo ao seu desaparecimento.

¹³⁷ Ver World Bank Country Brief – Angola, disponível em [<http://go.worldbank.org/6LIK1A3SS0>]; também artigo de Alec Russell, “Investors sign up to Angola's miracle” (Financial Times, August 22, 2007); também artigo de Mariana Della Barba “A África que prospera: Angola vive 'milagre económico' Exportações de petróleo atraem investimentos, mudam a paisagem de Luanda e fazem PIB crescer 23% em 2007”, in *O Estado de São Paulo* (18 Dezembro, 2007); igualmente Hodges, Tony, “The Economic Foundations ...op. cit., pp. 175-199.

¹³⁸ Ver a este respeito o artigo de Justino Pinto de Andrade no semanário *A Capital* (Luanda: 26 de Maio de 2007), p.13; também AfDB/OECD, *African Economic Outlook, Angola*, May 2007, pp.107-120, disponível em [<http://www.oecd.org/dataoecd/26/16/38561655.pdf>]; igualmente Hodges, Tony, “The Economic Foundations ...op. cit., pp. 175-199.

¹³⁹ Ver a este respeito o artigo “Óscar Niemeyer convidado a projectar «nova Luanda»” in Multipress, *Voz da América, Visão Angola* (27 Julho 2007) [http://www.multipress.info/ver.cfm?m_id=22918].

¹⁴⁰ In *Open Society Angola, 2007, Staff Retreat Minutes*, p.4.

Os indicadores de desenvolvimento humano permanecem muito fracos e o país ocupa o 161º lugar no Índice de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas (tendo caído uma posição em relação ao anterior relatório)¹⁴¹. Cerca de 70% da população vive com menos de 2\$US por dia; em 2004, apenas 53% da população tinha acesso sustentável a uma fonte de água melhorada e apenas 18% tinha acesso sustentável a saneamento melhorado. A mortalidade infantil é elevada e tem vindo a diminuir apenas marginalmente, de 172 por 1000 em 1995 para 154 por 1000 em 2004; a percentagem de inscritos na escola primária aumentou lentamente, de 50% em 1990 para 53% em 2000; a prevalência do VIH-SIDA aumentou de 2.1% em 1995 para 3.7% em 2004 (com o fim da guerra a mobilidade de pessoas aumentou exponencialmente e o país tem agora quase todos os factores de risco associados à propagação da epidemia)¹⁴². De acordo com a Organização Mundial de Saúde, cerca de 116 mil pessoas morrem todos os anos vítimas dos problemas ambientais com que o país se debate¹⁴³.

No que concerne ao índice de desenvolvimento ajustado ao género, o país ocupa a posição 122 (de 136) e as desigualdades continuam acentuadas, seja ao nível da taxa de alfabetização de adultos entre homens e mulheres (82,9% Homens e 54,2% Mulheres), seja ao nível do rendimento médio auferido (1.670\$US Mulheres e 2.706\$US Homens), à ocupação de cargos no sector formal do mercado de trabalho (as mulheres representam cerca de 70% da força de trabalho do sector informal) ou ao nível da participação política (continuando a constituir uma minoria na ocupação de cargos públicos)¹⁴⁴. A situação da desigualdade de género nas províncias é ainda mais acentuada dadas as características culturais ligadas ao trabalho agrícola (são as mulheres que tradicionalmente trabalham a terra¹⁴⁵) e ao deficit de infra-estruturas sociais.

Nas palavras do jornalista A Mendes,

¹⁴¹ Ver Relatório de Desenvolvimento Humano 2006, *A água para lá da escassez: poder, pobreza e a crise mundial da água* (New York: PNUD, 2006); classificado na 160ª posição no relatório anterior: ver *Human Development Report* (New York: United Nations Development Programme, 2005).

¹⁴² Estes factores incluem: um grande número de deslocados internos (4 milhões), desmobilizados das forças armadas, baixos níveis de educação, uma população jovem (cerca de 70% dos Angolanos tem menos de 24 anos), um elevado índice de pobreza, fraca autonomia económico-social das mulheres em geral, alto índice de prevalência de Doenças Sexualmente Transmissíveis, poligamia, destruição de redes sanitárias, poucos mecanismos de protecção, redes sociais fragmentadas, poucos locais onde fazer testes de HIV, a segunda mais alta taxa de fertilidade do mundo; ver Artigo de Pirozzi "UNICEF promotes the use of condoms as an HIV/AIDS prevention method" in *UNICEF Angola/2003*, disponível em [http://www.unicef.org/angola/hiv_aids.html]; também artigo de Mendonça "UNICEF supported outreach activist, Amavel, conducts an HIV/AIDS awareness session in the market place targeting young boys", in *UNICEF Angola/2005* [http://www.unicef.org/angola/hiv_aids.html].

¹⁴³ Artigo de Pedro Chaveca "Condições ambientais ceifam 116 mil vidas em Angola" in *Expresso* (13 Junho, 2007).

¹⁴⁴ Para além do referido relatório de desenvolvimento humano do PNUD, ver Pereira, Aline, "Género e Desenvolvimento em Angola", in Vidal, Nuno e Pinto de Andrade, Justino, *O Processo de transição para o multipartidarismo em Angola* (Lisboa e Luanda: Firmamento, Universidade de Coimbra e Universidade Católica de Angola, 2006), pp. 241-258; igualmente o texto de Aline Pereira neste livro; também relatório da conferência "*Participação das Mulheres Angolanas na Política*", realizada em Luanda a 17, 18 e 19 de Outubro de 2006, p.4; artigo "Solicitada maior intervenção das instituições laborais em questões de género", *Angola Press* (20 Julho 2007); "Governante defende criação de base de dados estatísticos sobre o género", *Angola Press* (20 Julho 2007), disponível em [<http://www.angolapress-angop.ao/noticia.asp?ID=547019>]

¹⁴⁵ Ver *Angola, A mulher e o Desenvolvimento Rural*, Doc. De trabalho nº20 (Luanda: Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural & Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação, Março de 2004).

Ainda é grande o número de mulheres que andam pelas ruas em busca do «pão nosso de cada dia», para garantir aos filhos pelo menos uma refeição já que os pais não trabalham ou ganham muito pouco. São chamadas «zungueiras», com um dia-a-dia comum, saem todos os dias de casa às 5 ou às 6 da manhã e só regressam ao fim do dia com uns míseros tostões, são mulheres que lutam e que não vêem dias melhores, apenas a esperança de um dia chegar. (...) São muitos os problemas que enfrentam as mulheres para alimentar os seus filhos que na maior parte das vezes as deixa à margem de tudo até mesmo sem forças para reivindicar os seus direitos, os mais elementares.¹⁴⁶

Angola fez parte do grupo de 191 países que adoptaram a declaração do milénio no sentido de promover a paz e o desenvolvimento, estabelecendo, neste sentido, um conjunto de objectivos específicos até 2015, procurando reduzir para metade a pobreza e a fome, garantir ensino primário universal para rapazes e raparigas, eliminar a desigualdade de género em todos os níveis de escolaridade, reduzir em dois terços a taxa de mortalidade abaixo dos cinco anos, reduzir a três quartos a taxa de mortalidade materna, controlar e reduzir a propagação do VIH/SIDA, Malária e outras doenças, garantir a sustentabilidade ambiental.

Os dois primeiros relatórios nacionais dos ODM, em 2003 e 2005, fornecem a descrição da situação do país, concluindo que, a manter-se a tendência actual, o país irá falhar os objectivos para 2015. Existe um nível fraco de realização em quase todos os objectivos e muito duvidosas possibilidades de virem a ser cumpridos. Entre as áreas mais críticas que necessitam de um novo ímpeto estão: a falta de capacidade nacional para produzir, analisar e utilizar estatísticas em tempo útil, para informar o processo de formulação e decisão política com fiabilidade e rigor aceitáveis; o fraco envolvimento de actores não-governamentais nos processos de tomada de decisão; as fortes disparidades regionais em infra-estruturas e fornecimento de serviços sociais com qualidade aceitável¹⁴⁷.

4.3 - Direitos Humanos de 3ª geração: direito à transparência e boa governação como facilitadores do desenvolvimento e combate à pobreza.

As contas do petróleo, principal fonte de receitas do Estado, continuam a não ser transparentes, havendo um deficit na fiscalização e *accountability* do governo neste sector crucial para a vida económica do país. Em grande medida resultado das pressões exercidas a nível internacional e nacional, o Ministério das Finanças começou a revelar alguma informação sobre as receitas do petróleo, mas não existem mecanismos ou entidades independentes para verificar esta informação e inclusive, em Setembro de 2006, o governo aprovou legislação que proíbe as companhias petrolíferas de revelarem qualquer tipo de informação relacionada com os contratos ou com as relações financeiras que mantêm com o Estado Angolano¹⁴⁸. A falta de transparência no principal sector da economia reflecte-se na falta de transparência das contas públicas em geral e, como tal, no orçamento de Estado, conforme sublinhado pelo representante da Open Society

¹⁴⁶ In artigo de A. Mendes, "Mulher Africana ainda carrega o fardo do sub-desenvolvimento", *Voz da América-Visão Angola* (31 Julho 2007) [http://www.multipress.info/ver.cfm?m_id=22948].

¹⁴⁷ Ver *The UN System in Angola MDG Strategy Outline, Draft 2, Work in Progress*, March 2007, p.3; também, *Angola, Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, relatório de progresso 2005* (Luanda: Governo de Angola e PNUD, 2005); *Angola, Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, relatório MDG/NEPAD 2003* (Luanda: Governo de Angola, Ministério do Planeamento e Sistema das Nações Unidas em Angola, 2003).

¹⁴⁸ Ver *Open Society Foundation – Angola, 2006 Annual Report*, pp.1-2.

em Angola, Elias Isaac, durante um encontro sobre transparência em Luanda¹⁴⁹. Organizações internacionais também sublinham o facto de apesar de algumas medidas do governo, a opacidade continua a dominar o sector do petróleo e dos diamantes¹⁵⁰.

Para o escritor e deputado do MPLA, João de Melo,

(...) qual é a relação entre o Estado e os cidadãos (individualmente ou organizados) em Angola?

É limitada, desigual e, em muitos casos, enferma de vícios e deformações que é preciso ultrapassar. Desde logo (...) a extensão e qualidade dos serviços providenciados pelo Estado são altamente questionáveis. Apesar disso, são caros, como o atestam o valor dos impostos, taxas, emolumentos, custas e outras obrigações financeiras dos cidadãos, em especial no domínio das transacções económicas e da justiça, o que é agravado pela corrupção em todos os escalões¹⁵¹

De acordo com o Conselho de Coordenação dos DH,

A corrupção tornou-se uma ideologia de actuação em toda a esfera pública e privada e em todo o país¹⁵²

Segundo Segundo Landu Kama, coordenador da Coligação pela Reconciliação, Transparência e Cidadania, em termos de sectores sociais,

Num levantamento recente, os piores sectores [mais afectados pela corrupção] eram, em primeiro lugar a polícia, depois a saúde e a educação¹⁵³

Estes chamados DH de terceira geração são fortemente contestados por todos os governos e governantes cuja governação e regimes padecem de deficits graves de transparência e boa-governança, recusando-se a considerar estes direitos como sendo parte dos DH. Esta recusa é tanto mais firme quanto percebem que ao aceitar tais direitos por parte dos governados em geral estariam a admitir a relação (que naturalmente existe) entre sociedade civil e política e o direito de todos os governados em acompanharem, fiscalizarem e participarem na governação de forma cada vez mais activa e presente – o pior pesadelo para qualquer regime não democrático. No caso de regimes africanos de cariz patrimonial, isto significaria uma perigosa perda de controlo, devido a que esses sistemas se baseiam na cuidadosa selecção de um número reduzido de cooptados (somente aqueles que se considera serem os necessários à manutenção do *status quo*), sendo que a maioria terá sempre de ser mantida fora dos benefícios; tratam-se de sistemas baseados na exclusão da maioria, na discriminação e no elitismo de acesso aos benefícios conforme se discute no próximo e último capítulo.

¹⁴⁹ Ver declarações de Elias Isaac à *Voz da América-Visão África* (17 Agosto 2006), em [<http://www.voanews.com/portuguese/>].

¹⁵⁰ Ver World Bank, *Angola: Country Economic Memorandum*, October 2006, p. ix; também, The Economist Intelligence Unit, *Country Report: Angola*, March 2007, p. 28; igualmente AfDB/OECD, *African Economic Outlook, Angola*, May 2007, pp.107-120, disponível em [<http://www.oecd.org/dataoecd/26/16/38561655.pdf>]

¹⁵¹ In artigo de João Melo, "Sociedade Civil, cidadania e Estado (fim)", semanário *Agora* (21 Julho 2007). p.17.

¹⁵² In *Relatório Narrativo das Actividades Realizadas Durante o Ano de 2006*, Conselho de Coordenação dos Direitos Humanos, Angola, Janeiro de 2007, p.2.

¹⁵³ Ver artigo de Mariana Della Barba "A África que prospera: Angola vive 'milagre econômico' Exportações de petróleo atraem investimentos, mudam a paisagem de Luanda e fazem PIB crescer 23% em 2007", in *O Estado de São Paulo* (18 Dezembro, 2007).

5 – Sociedade Civil e Política

Desde cedo se percebeu que apesar do novo enquadramento jurídico-formal nascido em 1991-92, os antigos detentores do poder político-económico tudo fariam para resistir a mudanças de fundo nos centros de decisão e na estrutura de controlo do aparelho de Estado que pusessem em perigo a manutenção do seu domínio político-económico-social.

O espaço de exercício efectivo dos direitos fundamentais de primeira geração (civis e políticos), de segunda geração (económicos, sociais e culturais) e de terceira geração (direito à transparência e boa governação como facilitadores do desenvolvimento, combate à pobreza e inclusão social), iria (e irá) necessariamente contra a forma como está estruturado o poder político-económico em Angola.

Trata-se de um sistema de cariz patrimonial moderno, caracterizado por: apropriação privada de recursos públicos para distribuição clientelar, favoritista e preferencialista de acordo com critérios vários de solidariedades primárias; fraca diferenciação entre público e privado; informalização e personalização do poder político; infra-institucionalização, tráfico de influências, centralização administrativa e concentração do poder político numa estrutura piramidal; interpenetração do poder executivo, legislativo e judicial (todos eles fortemente controlados pelo topo da pirâmide do poder político, que permeia e confunde as estruturas da administração do Estado com as estruturas governativas e partidárias¹⁵⁴).

Todas estas características servem um propósito e aí reside a lógica racional deste modo de organização política, económica e social.

A separação dos poderes executivo, legislativo e judicial, a institucionalização da política, a diferenciação entre público e privado, a transparência na gestão das contas públicas, a descentralização administrativa, a distribuição de rendimentos de acordo com critérios de equidade, meritocracia, solidariedade social e desenvolvimento público, são completamente contrárias a uma lógica patrimonial. Quem pugnar por uma efectiva e completa implementação dos DH em todas as suas dimensões e para além de certos limites está, em variadíssimas áreas, a entrar numa luta contra o poder e os interesses há muito estabelecidos. Será, obviamente, um combate muito desigual em meios, recursos e vontades.

A necessidade de legitimidade política internacional (e em parte nacional) “obrigam” o sistema efectivamente existente a permitir o funcionamento de mecanismos próprios de um sistema democrático e de Direito, incluindo os DH, mas dentro de limites que não coloquem em causa os interesses fundamentais do poder instalado e do seu *modus operandi*.

É na definição deste limite que entram em choque os interesses daqueles que lutam pela implementação e funcionamento cada vez mais efectivo dos mecanismos de democratização e os interesses daqueles que apenas querem uma “aparência democrática”, que não altere os fundamentos patrimoniais do sistema que lhes permite manter o controlo pessoal dos recursos públicos.

¹⁵⁴ Ver Vidal, Nuno, *Post-modern patrimonialism ...op. cit.*

Também neste sentido, diz o Projecto de Estratégia de Execução do HROA (*Human Rights Office Angola*) 2006-2007,

*O governo está plenamente consciente e de certa forma incomodado com a percepção negativa que a comunidade internacional tem de Angola enquanto país corrupto, sem vontade ou capacidade para investir os seus vastos rendimentos a favor do desenvolvimento e direitos da maioria. Mas também está consciente das suas limitações a esse respeito, e o desafio é saber até que ponto a procura pelo reconhecimento internacional (e legitimidade interna) pode permitir que uma parte dos interesses velados da elite político-económica possam ser sacrificados a favor de algum aumento de poder democrático e de políticas redistributivas*¹⁵⁵.

É dentro deste âmbito que se podem entender os vários constrangimentos colocados pelo governo à actuação da sociedade civil, da oposição partidária e das limitações a apoios externos que possam facilitar a acção daqueles actores. É também nesta lógica que se pode entender a diferente percepção do que é sociedade civil para o governo e para os activistas sociais. O governo tem uma perspectiva muito restritiva e limitada, de tipo assistencialista, uma sociedade civil “parceira” (apolítica, subordinada e cúmplice) para ajudar na prestação de serviços sociais em múltiplos micro-projectos dispersos, não numa perspectiva macro de verdadeira parceria participativa e interventiva para ajudar a construir uma sociedade mais democrática, justa, equitativa e transparente.

Inserese igualmente neste contexto a tentativa do governo de impor um comportamento apolítico à sociedade civil, mesmo sabendo que a defesa dos DH é política por natureza, lidando com questões de interesse público que afectam a vida de toda a população. Não se pode falar de DH sem falar em política. Naturalmente que se trata de uma perspectiva de abordagem diferente da abordagem partidária, desde logo porque as OSC não existem com o intuito de conquistar e exercer o poder político, mas de influenciar políticas públicas que concretizem na prática os DH. A tentativa do governo de “despolitizar” as OSC incluiu a Igreja, que sensata e imediatamente reagiu por Dom Damião Franklin dizendo que a Igreja não se pode alhear das *res publica*, porque também ela tem uma missão social e pública a cumprir¹⁵⁶.

A cristalização de uma lógica de patrimonialismo moderno no sistema político-económico existente não significa uma impossibilidade de mudança. Comparativamente ao início dos anos 90 (quando se iniciou o processo de transição para o multipartidarismo), fizeram-se algumas conquistas na área dos DH em Angola, que é preciso consolidar para prosseguir na abertura de espaços. Contudo, é igualmente necessário ter em conta que a partir de um certo nível de efectiva implementação dos DH entrar-se-á em choque com poderosos interesses político-económicos instalados, que irão necessariamente reagir. Caso não existam mecanismos de protecção eficazes para os defensores dos DH em particular e para a população em geral, as reacções mais violentas poderão significar riscos pessoais para os activistas envolvidos (principalmente os nacionais)¹⁵⁷.

¹⁵⁵ In *Execution Strategy 2006-2007 Project of the UN Human Rights Office in Angola*, p.1.

¹⁵⁶ Ver artigo de Mário Paiva no semanário *A Capital* (14 Julho 2007); ainda artigo de Reginaldo Silva no *Angolense* (14 Julho 2007).

¹⁵⁷ Ver *Amnesty International Report 2007, the state of the world's human rights*, disponível em [<http://thereport.amnesty.org/eng/Regions/Africa/Angola>]; também Amnesty International, *Above the Law*

Existe um acentuado deficit de mecanismos de protecção dos DH e dos seus defensores na região austral, havendo a necessidade de articular o nível local, com o nacional, o regional e o internacional num sistema de protecção integrado.¹⁵⁸

Police Accountability in Angola, September 2007, AI Index: AFR 12/005/2007, disponível em [<http://www.amnestyusa.org/document.php?id=ENGAFR120052007&lang=e>]

¹⁵⁸ Ver a este respeito Ahmed Motala, Nuno Vidal, Piers Pigou & Venitia Govender, *An Assessment of Human Rights Defender Initiatives in Southern Africa*, (Amsterdam: Netherlands Institute for Southern Africa – NIZA, 2005).